Jornal do Comércio

Porto Alegre, sexta-feira e fim de semana, 17, 18 e 19 de março de 2023 - Nº 204 - Ano 90

2º Caderno

PUBLICIDADE LEGAL

Produção industrial no País tem menor índice desde 2017

A atividade industrial do País segue em tendência de desaquecimento neste início de 2023 - o indicador caiu 2,7 pontos. Os dados da Sondagem Industrial, levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados nesta quinta-feira, mostram quedas nos índices de produção e emprego, respectivamente, de 47,9 pontos para 45,2 pontos e de 49,2 pontos para 48,5 pontos, de janeiro para fevereiro.

De acordo com a CNI, esses indicadores variam de zero a 100 e quanto mais distante da linha de corte, em direção ao zero, maior é o recuo. Apesar de ser comum para o período, a queda da produção e do emprego foi mais intensa do que em anos anteriores. "A produção costuma recuar na passagem de janeiro para fevereiro, porém, de 2017 para cá, este foi o menor índice. Também é menor que a média histórica para o mês, com 46,5 pontos", disse o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

MUNICÍPIO DE ERVAL GRANDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2023

O MUNICÍPIO DE ERVAL GRANDE – RS faz saber que no dia 30 de março de 2023, às 10h00, serão recebidos propostas e documentos para habilitação, objetivando a contratação da prestação de serviços de esterilização de cães e gatos fêmeas em situação de rua, semidomiciliados, comunitários e pertencentes a famílias em conhecido estado de vulnerabilidade. Edital pode ser solicitado pelo e-mail adm.ervalgrande@gmail.com Informações fone (54)3375-1331. Erval Grande, 16 de março de 2023. SUZINEI SCHNEIDER – Prefeito municipal.

Prefeitura Municipal de Tupandi

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023

Objeto: Contratação de obras e serviços de engenharia com fornecimento de materiais na ampliação e reforma do CRAS, conforme descrição nos anexos do Edital. **Abertura dia 04/04/2023, às 10h, na Prefeitura Municipal.** Edital disponível no Site: www.tupandi.rs.gov.br. Informações complementares pelo telefone (51) 3635-8040.

Bruno Junges, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE UNISTALDA

Pregão Eletrônico nº 04/2023. Proc. Adm. nº 77/2023: Aquisição de uma retroescavadeira, 0km, com recursos próprios e oriundos de alienação de bens. O Prefeito Municipal torna público a **REVOGAÇÃO** do P.E. nº 04/2023 por razões de superior interesse público, nos termos do artigo 49, da Lei 8.666 de 1993 e Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. **Pregão Eletrônico nº 05/2023. Proc. Adm. nº 82/2023:** Aquisição de 01 (um) veículo, 0km. Propostas e habilitação: 31/03/2023 até as 8:29h. Abertura: 31/03/2023, às 8:30h. Disputa de preços: 31/03/2023, às 8:31h no https://www.portaldecompraspublicas.com.br. **Pregão Eletrônico nº 06/2023. Proc. Adm. nº 83/2023:** Aquisição de cestas de alimentos, de forma fracionada, para execução de ações de defesa civil. Propostas e habilitação: 04/04/2023 até as 8:29h. Abertura: 04/04/2023, às 8:30h. Disputa de preços: 04/04/2023, às 8:31h no https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Editais: www.unistalda.rs.gov.br. Informações: licitacao@unistalda.rs.gov.br ou (55) 99665-7132. Unistalda, RS, 17/03/2023. José Gilnei Manara Manzoni, Prefeito.

Prefeitura Municipal de Farroupilha

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2023
ALTERAÇÃO DE EDITAL Nº 01

Objeto: Constitui objeto desta licitação a seleção de propostas para o Registro de Preços de equipamentos e materiais para o sistema de gestão da mobilidade instalado na cidade de Farroupilha, RS, de acordo com as necessidades e especificações deste edital e seus anexos.
Data da sessão: 14/04/2023, às 13h30min.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2023

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas para fins de registro de preços do serviço de emissão de laudos técnicos para licenciamento ambiental, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Data da sessão: 14/04/2023, às 08h30min. Maiores informações através do telefone (54) 3261.6912 ou através do Portal da Transparência no site: www.farroupilha.rs.gov.br.

SDAERGS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SESSÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

No uso das atribuições que me conferem os Estatutos Sociais vigentes e as leis em vigor, convoco os Despachantes Aduaneiros associados ao SINDICATO DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 28 de março de 2023, às 14:00h em primeira convocação e às 14:30h em segunda e última convocação. A Assembleia será realizada em meio virtual, sob a forma de videoconferência, consoante autorizado pela Lei 14.010/2020, através do aplicativo ZOOM.US, e tem por objetivo tratar da seguinte **Ordem do Dia:**

1) Apresentação e votação do Relatório e Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022;

O acesso à Assembleia deverá se dar através de link que será encaminhado por e-mail para o interessado em participar da mesma. O interessado deverá fazer contato até o horário da abertura dos trabalhos através do seguinte e-mail da entidade: diego@sdaergs.com.br ou através do telefone: 51.3228.2563

Porto Alegre,17 de março de 2023.
Marcelo Clark Alves
Presidente

PETROBRAS — MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A Petróleo Brasileiro SA - Petrobras torna público que recebeu da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM em 09/02/2023 a Licença Única 319/2023 localizada na Av. Getúlio Vargas, 11001, no município de Canoas, estado do Rio Grande do Sul.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER LEGISLATIVO DE JÓIA

"Terra das Nascentes"

CÂMARA DE VEREADORES DE JÓIA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2022
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

O Presidente da Câmara de Vereadores de Jóia, Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a legislação vigente, torna público aos interessados que a licitação na Modalidade Tomada de Preços, sob n° 01/2022, referente ao objeto: A contratação de serviços técnicos profissionais para a execução do projeto básico que compreende o memorial descritivo, planilha de orçamento global, cronograma de execução e planta baixa, bem como planilha de composição do BDI, para reforma e adequações da cobertura, forro e instalações elétricas do plenário e colocação de grades externas nas janelas da sala de reuniões da Câmara Municipal de Jóia, e demais especificações contidas nesses anexos, os quais são partes integrantes e complementares do Edital, foi suspensa devido à licitação ser considerada deserta. Posteriormente será marcada nova data. Informações: (55) 3318 – 1255; e-mail: pessoal@camarajoia.rs.gov.br. Jóia/RS, 16 de março de 2023.

LUIS CARLOS SOUZA – NEGO DA GAITA
Presidente.

SENAR-RS

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
- RIO GRANDE DO SUL -

SENAR Rio Grande do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n° 01/2023

Objeto: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de desenvolvimento e implantação de sistemas nas ferramentas TOTVS RM e TOTVS FLUIG**.

Data de abertura das Propostas: **29/03/2023** (quarta-feira), às 09h00. O processamento se dará pelo Portal www.licitacoes-e.com.br, onde os interessados deverão se cadastrar. O Edital, na Íntegra, poderá ser obtido nos Portais http://www.senar-rs.com.br/licitacoes; ou http://app3.cna.org.br/transparencia/?gestaoLicitacaoAndamento-RS-2023-0. Outras informações pelo e-mail para CPL: cpl@senar-rs.com.br.

Eduardo de Mércio F Condorelli
Superintendente

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. – CADIP

CADIP Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

C.G.C. nº 00.979.969/0001-56 - NIRE 43300034518
COMPANHIA ABERTA

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas a comparecer à Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 28 de março de 2023, às 10 horas, na sede social da Companhia, situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Mauá, nº 1155, Conj. 502 A, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos Administradores e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras por eles apresentadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
b) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
c) deliberar sobre orçamento de capital para o exercício de 2023;
d) deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, fixando as respectivas remunerações.

Os documentos a que se refere o art. nº 133 da Lei nº 6.404/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia.

Porto Alegre, 17 de março de 2023
Conselho de Administração

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 0.54.3382-1030 - FAX: 0.54.3382-1122

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº016/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº006/2023
Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Disponibilizar Espaço Radiofônico, para Divulgação de Atos do Poder Executivo Municipal com audiência na sede e no interior do Município de Alto Alegre/RS. Tipo de Licitação: **Menor Preço Global. Data e horário da sessão** às 09 horas **dia 31.03.2023.** O edital e seus anexos estão disponíveis no site www.altoalegre.rs.gov.br (publicações oficiais). Alto Alegre/RS, 17 de Março de 2023. **AVELINO SALVADORI-Prefeito Municipal.**

LOJAS RENNER S.A. — B3 LISTED NM — LREN

LOJAS RENNER S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62
NIRE 43300004848

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 20 de abril de 2023, às 13h, em Assembleia Geral Ordinária, parcialmente digital, por meio de participação: (i) presencial, na sede da Companhia; (ii) via sistema eletrônico; ou (iii) via boletim de voto à distância, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. fixar o montante da remuneração global dos Administradores; 6. fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 7. eleger os membros do Conselho Fiscal; e 8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações Gerais**: 1. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. 2. Os acionistas que, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, desejarem participar da AGO presencialmente, deverão comparecer à sede da Lojas Renner S.A., localizada na Av. Joaquim Porto Villanova, 401, Bairro Jardim do Salso, Porto Alegre, RS, CEP 91410-400, munidos dos documentos obrigatórios, conforme informado no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. Para uma melhor organização e andamento da AGO, a Companhia iniciará o cadastramento de acionistas com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência. Assim, os acionistas que forem participar presencialmente poderão encaminhar antecipadamente, aos cuidados da Área de Governança Corporativa, por meio do e-mail acionistas@lojasrenner.com.br, os documentos obrigatórios. Neste mesmo sentido, a Companhia recomenda que o acionista compareça, no dia 20 de abril de 2023, com ao menos 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência da Assembleia. 3. Adicionalmente, a Companhia, no intuito de facilitar a participação dos acionistas na AGO, coloca à disposição uma plataforma eletrônica, onde os acionistas poderão participar e votar de forma virtual, nos termos da Resolução CVM 81/22 ("Plataforma Virtual"). Para participação por meio deste formato, os acionistas deverão enviar, **impreterivelmente até às 23:59 do dia 18 de abril de 2023**, ao endereço eletrônico acionistas@lojasrenner.com.br, e-mail contendo as informações e documentos obrigatórios, conforme informado no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. 4. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Neste sentido, a Companhia recomenda que eventual pedido de voto múltiplo seja feito com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. 5. Os acionistas encontrarão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima no "Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração - Assembleia Geral Ordinária" que está no site da Companhia http://lojasrenner.mzweb.com.br/ e no site da CVM www.cvm.gov.br. A Companhia disponibiliza o e-mail acionistas@lojasrenner.com.br para acesso a Área de Governança Corporativa, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à Assembleia.

Porto Alegre, RS, 17 de março de 2023.
José Galló
Presidente do Conselho de Administração

CrediSIS Coopesa

CECM DOS PEQUENOS EMPRESÁRIOS, MICROEMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – CREDISIS/COOPESA
CNPJ n.º 06.975.532/0001-20 | NIRE Nº.: 43400090363
Sede: Avenida Fernando Ferrari, nº 1001, área Central Pavilhão B1, box 02, Porto Alegre/RS - CEP 90200-041

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores da Região Metropolitana de Porto Alegre – **CREDISIS/COOPESA,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 36 do Estatuto Social, convoca os seus associados, que nesta data correspondem a 1302 (hum mil, trezentos e dois), para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária,** a ser realizada de **forma digital,** por meio de videoconferência, no dia **28/03/2023,** às 16h (dezesseis horas) em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; em segunda convocação, às 17h (dezessete horas), com a presença da metade dos associados mais um, e, em terceira e última convocação, às **18h (dezoito horas),** com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo:
   a) relatório da gestão;
   b) balanço dos dois semestres do correspondente exercício;
   c) demonstrativos da conta "Sobras e Perdas";
   d) parecer do Conselho Fiscal;
   e) parecer da auditoria independente.
2. Destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;
3. Fixação do valor dos honorários, gratificações e benefícios para os membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e das cédulas de presença dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.
4. Aprovação da Política de Remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva, nos termos do art. 5º, § 7º, Lei Complementar nº 130/2009.
5. Outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo.

Notas:

1. As demonstrações financeiras de encerramento de exercício e respectivo relatório de auditoria encontram-se disponíveis para acesso dos associados no site e na sede da Cooperativa, na forma do art. 40 da Resolução CMN nº. 5.051/2022.
2. A assembleia ocorrerá em formato digital (virtual), modalidade essa amparada no artigo 17-A da Lei Complementar n.º 130/2009, artigo 43-A, parágrafo único da Lei n.º 5.764/71, bem como na Instrução Normativa DREI n.º 81, de 10 de junho de 2020.
3. As informações sobre o envio do link acesso, bem como os documentos relativos à ordem do dia estão disponíveis no site da cooperativa na "Área do Associado". O associado que ainda não possui login de acesso "Área do associado", deverá se cadastrar enviando e-mail para cadastro@coopesa.com.br, com o nome completo, e-mail e telefone.
4. Os associados que acessarem a sala virtual da Assembleia no momento da sua realização poderão se manifestar por escrito, via chat, ou verbalmente, garantindo-se, assim, sua plena participação no ato assemblear.
5. A votação será realizada por intermédio de sistema digital disponibilizado no curso da Assembleia, sendo admitida, excepcionalmente, em caso de indisponibilidade da ferramenta ou impossibilidade de uso pelo associado, a votação por escrito, via chat, ou verbal.
6. Todas as informações sobre funcionamento, acesso e participação na Assembleia Geral poderão ser previamente obtidas pelo telefone (51) 99314.2346 ou (51) 25007404 no site coopesa.com.br e pelo e-mail cadastro@coopesa.com.br.
7. Conforme normas em vigor, a Cooperativa não se responsabiliza por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à internet dos associados, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle.

Porto Alegre/RS, 17 de março de 2023.
Gabriele Ruchel de Souza
Presidente do Conselho de Administração

www.grupocpfl.com.br **Companhia Aberta**

cpfl transmissão

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/
- https://cpfl.riweb.com.br/
- https://sistemas.cvm.gov.br
- https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 2022, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

Na sequência do processo de aquisição da Companhia, ocorrido em outubro de 2021, a CPFL Cone Sul realizou as seguintes operações ao longo de 2022:

1. Oferta Pública de Aquisições de ações ("OPA") mandatória, com leilão realizado em 6 de abril;
2. OPA de deslistagem, com leilão realizado em 18 de novembro.

Como resultado das referidas OPAs, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de aproximadamente 99,32% do capital social total da CPFL Transmissão. Como consequência da OPA de Deslistagem, em 30 de novembro de 2022, a conversão de registro da Categoria "A" para Categoria "B" foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, realizada em 7 de dezembro de 2022, foi deliberado e aprovado o resgate compulsório das ações em circulação remanescentes. Em nova AGE da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2022, as ações resgatas foram canceladas. Com isso, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 100% do capital social total da CPFL Transmissão.

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Balanços Patrimoniais

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa		215.857	741.923	268.915	747.166
Investimentos em Títulos do Governo		46.744	108.121	46.744	108.121
Concessionárias e Permissionárias	4	113.166	99.200	116.244	100.981
Tributos a Compensar		47.483	20.472	47.587	20.576
Estoques		38.820	32.632	38.820	32.632
Empréstimos a receber		–	187.180	–	187.180
Ativo Contratual	5	555.713	696.944	573.783	723.810
Outros Créditos a Receber		55.944	66.472	55.984	58.188
Total do Circulante		**1.073.727**	**1.952.944**	**1.148.077**	**1.978.654**
Não Circulante					
Tributos a Compensar		16.242	1	16.242	1
Depósitos Judiciais		116.984	72.333	149.347	101.586
Investimentos em Títulos do Governo		9.256	–	9.256	–
Ativo Contratual	5	3.039.014	2.060.736	3.289.346	2.375.764
Outros Créditos a Receber		2.959	4.141	2.959	4.141
Investimentos	6	259.204	128.021	17.848	16.050
Imobilizado		85.174	86.715	85.187	86.731
Direito de Uso		6.532	4.853	6.532	4.853
Intangível		11.232	19.004	11.232	19.004
Total do Não Circulante		**3.546.597**	**2.375.804**	**3.587.949**	**2.608.130**
Total do ativo		**4.620.324**	**4.328.748**	**4.736.026**	**4.586.784**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante					
Fornecedores		69.495	29.992	72.391	32.904
Obrigações Trabalhistas		19.966	50.799	19.966	50.812
Obrigações Fiscais		58.640	54.092	62.156	55.518
Empréstimos e Financiamentos	7	4.179	656.088	4.179	656.088
Debêntures	8	78.937	–	78.937	–
Entidade de Previdência Privada	9	70.355	102.178	70.355	102.178
Obrigações da Concessão		37.124	36.735	37.360	36.990
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	10	9.321	27.797	9.321	27.797
Outros Passivos		43.472	40.885	43.850	40.885
Dividendos Obrigatórios e Juros Sobre Capital Próprio		227.069	8.858	227.069	8.858
Total do Circulante		**618.558**	**1.007.424**	**625.584**	**1.012.030**
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	7	19.552	23.591	19.552	23.591
Debêntures	8	958.298	–	958.298	–
Entidade de Prêvidencia Privada	9	408.023	706.184	408.023	706.184
Obrigações Fiscais		–	–	4.921	5.218
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	10	251.716	171.893	271.094	189.222
Obrigações da Concessão		57.191	59.964	57.191	59.964
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		481.260	284.063	481.260	284.063
Outros Passivos		60.901	53.375	140.305	277.390
Total do Não Circulante		**2.236.941**	**1.299.070**	**2.340.644**	**1.545.632**
Patrimônio Líquido	**11**				
Capital Social		981.343	981.343	981.343	981.343
Reserva de Capital		(16.148)	–	(16.148)	–
Outros Resultados Abrangentes		(300.055)	(601.721)	(300.055)	(601.721)
Reserva Legal		112.499	67.091	112.499	67.091
Reserva Lucro a realizar		59.887	–	59.887	–
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído		354.367	1.153.883	354.367	1.153.883
Reserva de Incentivos Fiscais		–	421.658	–	421.658
Dividendo		572.931	–	572.931	–
		1.764.824	2.022.254	1.764.824	2.022.254
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Não Controladores		–	–	4.973	6.868
Total do Patrimônio Líquido		**1.764.824**	**2.022.254**	**1.769.797**	**2.029.122**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**4.620.324**	**4.328.748**	**4.736.026**	**4.586.784**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios Findos em Dezembro 2022 e 2021 (em milhares de reais, exceto para o lucro por ação)

	Nota Explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita Operacional líquida	**12**	**1.784.277**	**1.211.677**	**1.809.228**	**1.248.915**
Custo de Operação		(254.063)	(308.743)	(308.101)	(328.845)
Depreciação e Amortização		(2.456)	(9.362)	(2.459)	(9.362)
Outros Custos com Operação		(251.607)	(299.381)	(305.642)	(319.483)
Custo com serviço prestado a terceiros		**(198.376)**	**(103.443)**	**(240.069)**	**(216.332)**
Lucro operacional bruto		**1.331.838**	**799.491**	**1.261.058**	**703.738**
Despesas Operacionais		(101.224)	(387.638)	(103.908)	(494.496)
Despesas com Vendas		(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
Despesas Gerais e Administrativas		(103.252)	(94.116)	(105.936)	(97.581)
Depreciação e amortização		(8.523)	(9.108)	(8.523)	(9.108)
Outras Despesas Gerais e Administrativas		(94.729)	(85.008)	(97.413)	(88.473)
Outras Despesas Operacionais		8.838	(290.421)	8.838	(393.813)
Outras Despesas Operacionais		8.838	(290.421)	8.838	(393.813)
Outras Receitas		13.029	171.875	13.029	171.875
Outras Despesas		(32.291)	(33.031)	(20.579)	(33.031)
Resultado do serviço		**1.211.352**	**550.697**	**1.149.600**	**348.086**
Resultado de Participações Societárias		(54.219)	(140.660)	3.818	50.310
Resultado Antes do Resultado Financeiro		**1.157.133**	**410.037**	**1.153.418**	**398.396**
Resultado Financeiro					
Receitas Financeiras		173.156	159.666	177.011	160.666
Despesas Financeiras		(172.743)	(206.409)	(173.307)	(206.639)
		413	**(46.743)**	**3.704**	**(45.973)**
Lucro Antes dos Tributos		**1.157.546**	**363.294**	**1.157.122**	**352.423**
Contribuição Social		(66.005)	(80.190)	(66.589)	(80.468)
Imposto de Renda		(183.375)	(234.526)	(184.745)	(235.095)
		(249.380)	**(314.716)**	**(251.334)**	**(315.563)**
Resultado Líquido das Operações Continuadas (Transmissão)		**908.166**	**48.578**	**905.788**	**36.860**
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas (Geração)		**–**	**37.009**	**–**	**37.009**
Lucro Líquido do Exercício		**908.166**	**85.587**	**905.788**	**73.869**
Lucro Líquido Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		–	–	908.166	85.587
Lucro Líquido Atribuído ao Acionista Não Controlador		–	–	(2.378)	(11.715)
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Ordinária - R$		94,68	5,03	94,43	3,82
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Preferencial - R$		94,68	5,03	94,43	3,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os Exercícios Findos em Dezembro 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do Exercício	**908.166**	**48.578**	**905.788**	**36.860**
Outros Resultados Abrangentes	**301.667**	**556.067**	**301.667**	**556.067**
Variação Líquida no Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(5.371)	(33.692)	(5.371)	(33.692)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre outros Resultados Abrangentes	1.826	7.202	1.826	7.202
Ganhos (Perdas) Atuariais	305.212	590.657	305.212	590.657
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	(8.101)	–	(8.101)
Resultado abrangente do exercício	**1.209.833**	**604.645**	**1.207.455**	**592.927**
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora			1.209.833	604.645
Atribuído ao Acionista Não Controlador			(2.378)	(11.717)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os Exercícios Findos em Dezembro 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
1 - Receita	**2.037.853**	**1.632.501**	**2.085.597**	**1.676.844**
1.1 Receita Operacional Bruta	2.000.742	1.447.518	2.048.486	1.491.862
1.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
1.3 Outras Receitas	43.921	188.085	43.921	188.085
2 - (–) Insumos Adquiridos de Terceiros	**(298.309)**	**(201.321)**	**(441.049)**	**(326.397)**
2.1 Material	(3.952)	(3.927)	(3.958)	(5.165)
2.2 Serviços de Terceiros	(62.741)	(60.101)	(73.185)	(68.064)
2.3 Outros Custos Operacionais	–	(1.186)	–	(1.186)
2.4 Custo de Construção	(198.376)	(103.443)	(329.660)	(179.747)
2.5 Outras Despesas Operacionais	(33.240)	(32.664)	(34.245)	(72.234)
3 - Valor Adicionado Bruto (1+2)	**1.739.544**	**1.431.180**	**1.644.548**	**1.350.447**
4 - Retenções	**(1.367)**	**(308.187)**	**33.273**	**(427.885)**
4.1 Depreciação e Amortização	(7.036)	(11.668)	(7.039)	(11.668)
4.2 Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(3.943)	(6.186)	(3.943)	(6.186)
4.3 Provisões	9.612	(290.334)	44.255	(410.031)
5 - Valor adicionado Líquido Gerado (3+4)	**1.738.177**	**1.122.993**	**1.677.821**	**922.562**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**118.937**	**19.006**	**180.829**	**210.976**
6.1 Resultado de Participações Societárias	(54.219)	(140.660)	3.818	50.310
6.2 Receitas Financeiras	173.156	159.666	177.011	160.665
7 - Valor Adicionado Líquido a Distribuir (5+6)	**1.857.114**	**1.141.999**	**1.858.651**	**1.133.538**
8 - Distribuição do Valor Adicionado				
8.1 Pessoal e Encargos	**238.708**	**285.113**	**238.833**	**285.513**
8.1.1 Remuneração Direta	113.190	155.349	113.190	155.736
8.1.2 Benefícios	51.486	15.192	51.487	15.206
8.1.3 Plano de Benefícios Previdenciais	58.391	95.674	58.495	95.674
8.1.4 Compromissos Previdenciais	6.845	7.975	6.866	7.975
8.1.5 FGTS	8.795	10.922	8.795	10.922
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	**531.830**	**599.840**	**534.795**	**602.466**
8.2.1 Federais	520.951	597.901	523.740	600.527
8.2.2 Estaduais	17	33	17	33
8.2.3 Municipais	10.862	1.906	11.038	1.906
8.3 Remuneração de Capital de Terceiros	**178.410**	**208.469**	**179.235**	**208.699**
8.3.1 Despesas de Locações	5.701	2.059	5.853	2.059
8.3.2 Despesas Financeiras	172.709	206.410	173.382	206.640
8.4 Remuneração de Capital Próprio	**908.166**	**48.578**	**905.788**	**36.860**
8.4.1 Juros sobre Capital Próprio	95.000	–	95.000	–
8.4.2 Dividendos (incluindo Adicional Proposto)	707.870	–	707.870	–
8.4.3 Reserva de Lucro	105.295	48.578	102.917	36.860
	1.857.114	**1.141.999**	**1.858.651**	**1.133.538**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

★ continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em Dezembro 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucro: Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucro: Reserva de Lucro a Realizar	Reserva de Lucro: Reserva Legal	Reserva de Lucro: Reserva Dividendos não Distribuídos	Dividendo	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos não Controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.565.633**	**–**	**421.658**	**–**	**67.091**	**1.641.080**	**–**	**–**	**(1.157.787)**	**2.537.675**	**18.583**	**2.556.258**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	–	85.587	–	85.587	(11.715)	73.868
Outros Resultados Abrangentes												
Variação Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes, Líquido de Impostos	–	–	–	–	–	–	–	–	(26.490)	(26.490)	–	(26.490)
Registro da Perda Atuarial	–	–	–	–	–	–	–	(104.157)	590.657	486.500	–	486.500
Total de Outros Resultados Abrangentes, Líquido de Impostos	–	–	–	–	–	–	–	(104.157)	564.167	460.010	–	460.010
Cisão CEEE-GT												
Ajustes Ativos e Passivos pela Cisão	(584.290)	–	–	–	–	(133.650)	–	(38.407)	(6.791)	(763.137)	–	(763.137)
Ajuste de Avaliação Patrimonial												
Realização do Custo Atribuído dos Ativos	–	–	–	–	–	–	–	1.985	(1.985)	–	–	–
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Realização do Custo Atribuído dos Ativos	–	–	–	–	–	–	–	–	675	675	–	675
Dividendos Distribuídos												
Dividendos Adicionais	–	–	–	–	–	(70.854)	–	–	–	(70.854)	–	(70.854)
Dividendos Intermediários	–	–	–	–	–	(227.701)	–	–	–	(227.701)	–	(227.701)
Destinação do Resultado:												
Absorção de Prejuízos	–	–	–	–	–	(54.992)	–	54.992	–	–	–	–
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**981.343**	**–**	**421.658**	**–**	**67.091**	**1.153.883**	**–**	**–**	**(601.721)**	**2.022.254**	**6.868**	**2.029.122**
Resultado abrangente total	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**908.166**	**301.666**	**1.209.832**	**(2.378)**	**1.207.454**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	–	908.166	–	908.166	(2.378)	905.788
Variação Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes, Líquido de Impostos	–	–	–	–	–	–	–	–	(3.546)	(3.546)	–	(3.546)
Ganhos (perdas) atuariais	–	–	–	–	–	–	–	–	305.212	305.212	–	305.212
Mutação Internas do Patrimônio Líquido	**–**	**–**	**–**	**59.887**	**45.408**	**–**	**–**	**(105.295)**	**–**	–	–	–
Constituição de Reserva Legal	–	–	–	–	45.408	–	–	(45.408)	–	–	–	–
Constituição de Reserva de Lucro a Realizar	–	–	–	59.887	–	–	–	(59.887)	–	–	–	–
Transações de capital com os acionistas	**–**	**(16.148)**	**(421.658)**	**–**	**–**	**(799.516)**	**572.931**	**(802.870)**	**–**	**(1.467.261)**	**482**	**(1.466.778)**
Transferência de Saldos de Reserva Fiscal	–	–	(421.658)	–	–	421.658	–	–	–	–	–	–
Reconhecimento de Perda sem Alteração de Controladores	–	(482)	–	–	–	–	–	–	–	(482)	482	–
Resgate Compulsório de Ações	–	(15.666)	–	–	–	–	–	–	–	(15.666)	–	(15.666)
Dividendos Distribuídos	–	–	–	–	–	(1.221.174)	–	–	–	(1.221.174)	–	(1.221.174)
Juros sobre Capital Próprio - AGE 30/12/2022	–	–	–	–	–	–	–	(95.000)	–	(95.000)	–	(95.000)
Dividendo Adicional Proposto	–	–	–	–	–	–	572.931	(572.931)	–	–	–	–
Dividendos Mínimo Obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(134.939)	–	(134.939)	–	(134.939)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**981.343**	**(16.148)**	**–**	**59.887**	**112.499**	**354.367**	**572.931**	**–**	**(300.055)**	**1.764.824**	**4.973**	**1.769.798**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Exercícios Findos em Dezembro 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido das Operações Continuadas	**908.166**	**48.578**	**905.788**	**36.860**
Ajustes:				
Depreciação e Amortização	(4.650)	21.991	(4.647)	21.991
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	3.158	(129.906)	3.158	(129.906)
Resultado de Equivalência Patrimonial	54.219	124.079	(3.818)	(65.913)
Provisão para Contingências	54.131	105.455	56.180	122.080
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	6.810	(156)	6.810	(156)
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	(7.465)	(20.625)	(7.465)	(20.625)
Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	70.901	64.395	70.901	64.394
Imposto de Renda e Contribuição Social	249.380	144.899	251.334	144.900
Variação do Ativo Contratual	(1.194.712)	(126.150)	(1.090.334)	(131.423)
Outros	(36.619)	–	57.684	–
	103.319	**232.560**	**245.591**	**42.202**
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais				
(Aumento) Redução dos Ativos:				
Concessionárias e Permissionárias	(19.090)	12.496	(20.387)	12.483
Tributos a Recuperar	(42.009)	(2.739)	(42.009)	(2.678)
Estoques	(6.188)	(20.235)	(6.188)	(20.235)
Empréstimos a Receber	198.789	125.836	198.789	125.836
Ativo Contratual	634.705	197	650.350	92.028
Depósitos Judiciais	(44.651)	(15.434)	(47.761)	(16.078)
Outros Ativos	(2.695)	(21.768)	(11.017)	(15.806)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	39.503	4.959	39.487	5.944
Obrigações Fiscais	7.521	204.299	7.360	205.020
Obrigações Trabalhistas a Pagar	(30.833)	19.615	(30.846)	19.607
Obrigações da Concessão	516	41.516	497	41.620
Outras contas a Pagar	10.113	83.453	(134.120)	308.393
Provisão para Benefícios a Empregados	(82.456)	1.405	(82.456)	1.404
IRPJ e CSLL pagos	(67.579)	(168.160)	(67.579)	(169.191)
	595.646	**265.440**	**454.119**	**588.347**
Juros de Empréstimos e Financiamentos Pagos	(47.409)	(20.513)	(47.409)	(20.513)
Pagamento de Contingências Judiciais	(14.031)	(28.805)	(14.031)	(29.112)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Operações	**637.525**	**448.682**	**638.270**	**580.924**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(93.601)	59.738	–	(8.330)
Dividendos Recebidos	3.557	3.205	3.557	3.206
Alienação de Investimento	–	300.652	–	300.653
Investimentos em Títulos do Governo	54.214	–	54.214	–
Aumento do Ativo Contratual	(223.819)	(103.443)	(229.685)	(179.748)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(37.018)	(20.845)	(77.682)	(20.846)
Adições no Intangível	(40)	(1.352)	(40)	(974)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Investimentos	**(296.707)**	**237.955**	**(249.636)**	**93.961**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(590.367)	(51.086)	(590.367)	(51.085)
Captação de empréstimos e debêntures	957.801	–	957.801	–
Pagamento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	(1.218.652)	(137.589)	(1.218.652)	(137.585)
Restruturação Societária	–	(349.292)	–	(342.435)
Resgate compulsório de Ações	(15.666)	–	(15.666)	–
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**(866.884)**	**(537.967)**	**(866.884)**	**(531.105)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(526.066)	148.670	(478.251)	143.780
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	**741.923**	**593.253**	**747.166**	**603.386**
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	**215.857**	**741.923**	**268.915**	**747.166**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul - Brasil. A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas: **Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL:** Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão. O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 - RBNI e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 13, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinquenal da Receita Anual Permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042. **Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL:** Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica. **Contrato de Concessão nº 04/2021 - ANEEL:** Em 2021 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O prazo estabelecido para energização é até 30 de setembro de 2024 e a RAP de R$ 9.234 será auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações. **Contrato de Concessão nº 0001/2011 - ANEEL:** Em 2011 a Controlada TESB firmou o contrato para a construção, operação e manutenção de cinco linhas de transmissão e quatro subestações, referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041, 30 anos a partir da data de assinatura do contrato. **1.1 Mudanças Climáticas CPFL:** Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa "GEE". Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles: • Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia; • Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas à compra de energia elétrica e à perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia; • Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor. A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures - TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). *Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação: As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia e sua controlada também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Energia Elétrica Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2023. **2.2 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 5 - Ativo contratual; • Nota 7 - Empréstimos e financiamentos; • Nota 8 - Debêntures; • Nota 9 - Entidade de previdência privada; • Nota 10 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos; e • Créditos e débitos fiscais diferidos. **2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações por Segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo está a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e alocam os recursos necessários. **2.6 Informações sobre Participações Societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 6. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB) é consolidada de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegrense Ltda (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e as demais coligadas são registradas pelo método de custo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida na controlada TESB.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Ativo Contratual da Concessão:** Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão. O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão remunerados através da Receita Anual Permitida de Transmissão (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão e condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização ao final do contrato de concessão. A amortização do Ativo Contratual é estimada de forma a cobrir a remuneração do ativo e a reintegração dos investimentos realizados. Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, a Companhia esclarece que: I. Para fins do consolidado a Companhia apresenta margens negativas de construção, implícita no custo, em função dos atrasos de obras e custos acima do orçado verificados na subsidiária TESB. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. Para os demais contratos do grupo a Companhia a Administração possui margem de construção entre 6% e 29%. II. A companhia reconhece margem de operação e manutenção de até 45%. III. A atualização monetária do Ativo Contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida em cada projeto, determinada através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão após alocação de suas devidas margens. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 12% a.a. **3.2 Imobilizado e Atividades não Vinculadas à Concessão:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que os mesmos estejam em condição de operar, assim como os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estejam instalados e os custos de juros sobre financiamentos para a sua aquisição, respeitando o limite regulatório. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que retorne com os benefícios econômicos esperados e que possa ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente substituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme são incorridos. A depreciação é calculada linearmente com taxas anuais variáveis 3,33% até 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme as orientações do órgão

continua ★

★ continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

regulador. Os ganhos e perdas na alienação e baixa de um ativo imobilizado são registrados no resultado na mesma competência em que os recursos advindos da alienação ocorram. A Companhia possui em seu acervo patrimonial uma série de bens administrativos e outros não vinculados ao serviço da concessão, sendo estes bens destinados à sua utilização própria. Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução n° 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. **3.3 Intangível:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como por exemplo os direitos de uso de softwares e servidões de passagem para as linhas de transmissão. **3.4 Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego:** As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente. **3.5 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são: • Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras. • Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita do contrato de concessão sobre o montante a receber da receita de construção. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência. **3.6 Mudanças nas principais políticas contábeis:** Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23); b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26); c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações ao CPC 32). As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26). As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

4. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos > 90 dias	Total 31/12/2022	Total 31/12/2021	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos > 90 dias	Total 31/12/2022	Total 31/12/2021
Concessionárias e Permissionárias	112.052	1.114	9.076	122.242	103.152	115.064	1.145	9.111	125.320	104.933
	112.052	1.114	9.076	122.242	103.152	115.064	1.145	9.111	125.320	104.933
Provisão para créditos de Liquidação Duvidosa				(9.076)	(3.952)				(9.076)	(3.952)
Total				**113.166**	**99.200**				**116.244**	**100.981**

Referem-se basicamente aos valores a receber de concessionárias e permissionárias referente ao uso do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), com valores autorizados pelas Resoluções Homologatórias das RAPs, e pelos faturamentos dos contratos de conexão firmados com os acessantes ao sistema. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Concessionárias e Permissionárias	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2020	**(4.108)**	**(20.536)**	**(24.644)**
Reestruturação Societária	11	17.292	17.303
Provisão Revertida (Constituída) Líquida	145	(4.326)	(4.181)
Saldo em 31/12/2021	**(3.952)**	**(7.569)**	**(11.521)**
Provisão Revertida (Constituída) Líquida	(5.124)	(1.686)	(6.810)
Saldo em 31/12/2022	**(9.076)**	**(9.255)**	**(18.331)**
Circulante	(9.076)	(9.255)	(18.331)

5. ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como "Ativo Contratual" a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo. A Administração avalia também que as novas receitas relacionadas aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às resoluções autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados. As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como seguem:

	Controladora						Consolidado	
	Contrato 080/2002 Lote A	Contrato 055/2001 RBSE	Contrato 055/2001 RBNI	Contrato 004/2021 Lote 6	Contrato 025/2000 Geração	Total	Contrato 001/2011 TESB	Total
Saldo em 31/12/2020	**45.087**	**1.470.767**	**1.012.430**	**–**	**109.138**	**2.637.423**	**352.147**	**2.989.570**
(+) Adições	–	–	103.443	–	–	103.443	76.305	179.748
(+) Remuneração	21.467	339.691	167.734	–	921	529.813	16.530	546.343
(+) Atualização Monetária	8.134	166.747	101.280	–	–	276.161	–	276.161
(–) Baixas	–	–	(3.981)	–	–	(3.981)	–	(3.981)
(–) Amortização do Exercício	(13.413)	(453.401)	(208.305)	–	(1.805)	(676.924)	(11.257)	(688.181)
(–) Ajustes pela Cisão	–	–	–	–	(108.057)	(108.057)	–	(108.057)
(–) Outros	–	–	–	–	(197)	(197)	(91.831)	(92.028)
Saldo em 31/12/2021	**61.276**	**1.523.804**	**1.172.600**	**–**	**–**	**2.757.680**	**341.894**	**3.099.574**
(+) Adições	–	–	223.891	53.149	–	277.040	46.530	323.570
(+) Remuneração	25.709	330.026	167.150	846	–	523.731	15.765	539.496
(+) Atualização Monetária	54.877	210.767	84.656	–	–	350.300	1.093	351.393
(–) Baixas	–	–	(109)	–	–	(109)	–	(109)
(–) Amortização do Exercício	(13.999)	(421.674)	(198.923)	–	–	(634.596)	(15.645)	(650.241)
(+/–) Outros	–	54.036	266.645	–	–	320.681	(121.236)	199.445
Saldo em 31/12/2022	**127.863**	**1.696.959**	**1.715.910**	**53.995**	**–**	**3.594.727**	**268.402**	**3.863.129**
Circulante	**20.448**	**356.952**	**178.312**	**–**	**–**	**555.713**	**18.070**	**573.783**
Não Circulante	**107.415**	**1.340.007**	**1.537.597**	**53.995**	**–**	**3.039.014**	**250.332**	**3.289.346**

6. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	256.314	125.132	14.959	13.161
Avaliadas pelo Método de Custo	2.889	2.889	2.889	2.889
	259.204	**128.021**	**17.848**	**16.050**

6.1 Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial: Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Lote de Mil Ações ou Quotas	Participação (%)	Lote de Mil Ações ou Quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB	799.856	96,85%	435.753	94,22%
Coligadas				
TPAE	38.146	9,65%	38.146	9,65%
ETAU	34.895	10,00%	34.895	10,00%

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora					
Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Amortização Principal	Encargos, Atualização Monetária e Marcação a Mercado	Atualização Cambial	Encargos Pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda Nacional						
Mensuradas ao Custo						
Pré-fixado	3.147	(2.900)	42	–	(46)	242
TJLP	27.169	(3.832)	2.006	–	(1.855)	23.489
Total Moeda Nacional	**30.316**	**(6.732)**	**2.048**	**–**	**(1.901)**	**23.731**
Moeda Estrangeira						
Dólar	649.363	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	–
Total Moeda Estrangeira	**649.363**	**(583.635)**	**5.762**	**(25.982)**	**(45.508)**	**–**
Total	**679.679**	**(590.367)**	**7.810**	**(25.982)**	**(47.409)**	**23.731**
Circulante	**656.088**					**4.179**
Não Circulante	**23.591**					**19.552**

8. DEBÊNTURES

	Controladora			
Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Encargos e Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao Custo - Pós-fixado				
CDI	–	960.000	79.251	1.039.251
Gastos com captação	–	(2.199)	183	(2.016)
Total	**–**	**957.801**	**79.434**	**1.037.235**
Circulante	**–**			**78.937**
Não Circulante	**–**			**958.298**

9. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	308	316	308	316
Contribuição Patrocinadora - Plano Único	1.145	3.165	1.145	3.165
Provisão Plano Único	14.296	22.169	14.296	22.169
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	3.905	3.781	3.905	3.781
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV	1.357	7.133	1.357	7.133
Provisão Plano CEEEPREV	45.700	62.086	45.700	62.086
Contrato 1254/95 - Plano Único	3.643	3.528	3.643	3.528
	70.355	**102.178**	**70.355**	**102.178**
Não Circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	3.026	3.541	3.026	3.541
Provisão Plano Único	148.178	241.597	148.178	241.597
Contrato 1254/95 - Plano Único	23.074	28.846	23.074	28.846
Provisão Plano CEEEPREV	209.026	401.281	209.026	401.281
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	24.719	30.919	24.719	30.919
	408.023	**706.184**	**408.023**	**706.184**
Total	**478.377**	**808.362**	**478.377**	**808.362**

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, bem como em processos judiciais e administrativos de natureza tributária que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante e avaliação individualizada de seus casos, atribuem riscos prováveis e possíveis, sendo a movimentação das contingências do ano de 2022 o primeiro exercício integral de alinhamento com as práticas da adquirente da Companhia. As contingências trabalhistas são atualizadas pela Selic, IPCA e TR (taxa referencial), aplicando-se juros de 1%, conforme decisões judiciais de cada caso, enquanto as cíveis, pelo IGPM mais 1% de juros, ao mês. Em relação às contingências de natureza tributária, os montantes são atualizados pela Selic (taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

Controladora	31/12/2022						31/12/2021			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambiental	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	233.752	10.998	16.287	–	–	261.037	171.949	13.595	14.147	199.690
Riscos Possíveis/ Remotos	221.281	211.469	9.230	11	53	442.044	139.341	80.069	44.370	263.780
	455.033	**222.467**	**25.517**	**11**	**53**	**703.081**	**311.290**	**93.664**	**58.517**	**463.470**

Consolidado	31/12/2022						31/12/2021			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambiental	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	233.918	30.209	16.287	–	–	280.415	172.077	30.796	14.147	217.019
Riscos Possíveis/ Remotos	221.281	248.445	9.230	11	53	479.021	139.341	113.515	44.370	297.226
	455.199	**278.655**	**25.517**	**11**	**53**	**759.435**	**311.418**	**144.311**	**58.517**	**514.245**

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

	Quantidade de Ações							
	31/12/2022						31/12/2021	
	Ordinárias	Participação %	Preferenciais	Participação %	Total	Participação %	Total	Participação %
CPFL Cone Sul	9.480.088	100	112.356	100	9.592.444	100	6.381.908	66,08
Eletrobras	–	–	–	–	–	–	3.154.674	32,66
Demais Acionistas	–	–	–	–	–	–	121.865	1,26
Total	**9.480.088**	**100**	**112.356**	**100**	**9.592.444**	**100**	**9.658.447**	**100**

Em 14 de outubro de 2021, a CPFL Cone Sul assumiu o controle da Companhia. Em abril de 2022, como resultado do leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão, passou a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%). Em dezembro de 2022, como resultado do resgate compulsório de ação em circulação, passou a deter 100% do capital social total da Companhia.

Destinação do lucro líquido do exercício:

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2022
Lucro Líquido Base para Destinação	**908.166**
Reserva Legal	(45.408)
Reserva de Lucro a Realizar	(59.887)
Juros Sobre Capital Próprio	(95.000)
Dividendos mínimo Obrigatório	(134.939)
Dividendo Adicional Proposto	(572.931)

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional				
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual (12.1)	874.031	805.051	890.890	821.581
Receita de Operação e Manutenção	537.910	539.024	545.135	545.781
Receita com construção da infraestrutura	268.757	103.443	292.416	124.500
Outras Receitas (12.2)	355.202	17.671	334.024	12.265
	2.035.900	**1.465.189**	**2.062.465**	**1.504.127**
Deduções da Receita operacional				
PIS/COFINS	(107.554)	(111.504)	(108.389)	(112.163)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(97.708)	(101.907)	(97.708)	(101.907)
Encargos Setoriais (12.3)	(42.095)	(38.640)	(42.874)	(39.682)
Outras deduções	(4.265)	(1.461)	(4.265)	(1.461)
Total deduções da Receita operacional	**(251.623)**	**(253.512)**	**(253.237)**	**(255.212)**
Receita Operacional Líquida	**1.784.277**	**1.211.677**	**1.809.229**	**1.248.915**

12.1 Remuneração/Atualização do Ativo Contratual: Refere-se à receita de remuneração do ativo contratual reconhecida com base na taxa implícita de cada contrato de transmissão mencionados na nota 11. Nesta rubrica também são incluídas as atualizações monetárias relacionados aos contratos de concessão, vigentes desde 1º de julho de 2022 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.067/2022. **12.2 Outras Receitas:** o saldo de R$ 320.681 refere-se a remensuração do ativo de contrato oriundo a RTP - Revisão tarifária periódica, conforme evidenciado na nota 11. O saldo de R$ 34.521 em outras receitas reconhecidas pela Companhia está relacionado ao compartilhamento de infraestrutura e serviços de engenharias prestados dentro do grupo. **12.3 Encargos Setoriais:** Os encargos setoriais são previstos em lei e definidos pela ANEEL, são destinados a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSE), Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) e demais encargos do consumidor.

continua →★

★ continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora 31/12/2022														
	Fundação ELETROCEEE	TESB	RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	Companhia Paulista de Força Luz	Companhia Piratininga de Força Luz	Companhia Jaguari de Energia	Paulista Lajeado Energia S.A.	CPFL Energias Renováveis e Subsidiarias	CPFL Serviços	CPFL Finanças	CPFL Infra	CPFL Pessoas	CPFL Eficiencia energética	CPFL Transmissão Sul II	Total
Ativo															
Concessionárias e Permissionárias	–	–	4.604	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4.604
Outros Créditos a Receber	–	–	47	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	195	242
	–	–	4.651	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	195	4.846
Passivo															
Fornecedores	–	–	26	–	–	–	–	–	10.329	633	1.417	846	734	–	13.985
Contribuição Patrocinadora	1.357	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.357
Contrato de Compartilhamento	–	–	21	88	75	–	–	253	–	–	–	–	–	–	436
Outros Passivos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Passivo Atuarial - Empréstimo SF 1254 Circulante	7.548	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.548
	8.905	–	47	88	75	–	–	253	10.329	633	1.417	846	734	–	23.327
Resultado															
Renda da Prestação de Serviços	–	21.180	882	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	209	22.270
Disponibilização do Sistema de Transmissão	–	–	328.011	17.750	6.576	1.835	93	716	–	–	–	–	–	–	354.981
Despesa Proinfa	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesa operacional - Pessoal	6.973	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.973
Despesas Operacionais - MSO	–	–	–	–	–	–	–	–	15.727	–	–	–	734	–	16.461
Alocação de gastos	–	–	124	526	448	–	–	1.517	–	2.937	3.382	1.224	–	–	10.158
Despesas Gerais e Administrativas	–	18	–	–	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	20
Receita financeira	–	–	7	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7
Despesa financeira	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Provisão Valor Recuperável AFAC	–	(94.303)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(94.303)
	6.973	(73.106)	329.023	18.276	7.024	1.835	93	2.233	15.727	2.940	3.382	1.224	734	209	316.567

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

14.1 Novas captações: A partir de 1º de janeiro de 2023 e até o momento da aprovação destas demonstrações financeiras, foi adicionada à dívida a captação abaixo:

Modalidade	Mês de Liberação	Valor Liberado	Pagamento de juros	Amortização do principal	Taxa efetiva anual	Destinação do Recurso
Moeda nacional - CDI						
9ª Emissão - EEEL19 - 1ª Série	Jan/23	300.000	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	CDI + 1,20%	(a)

a) Plano de investimento, refinanciamento e reforço de capital de giro.

14.2 Decisão do STF sobre causas tributárias: Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

Diretoria

André Luiz Gomes da Silva – Diretor Presidente
Celso Guimarães Filho – Diretor de Operações
Yuehui Pan – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Alexandre Almeida Serra – Diretor de Engenharia
Fu Li – Diretor Presidente Adjunto

Contabilidade

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Contábeis - CRC 1SP 321353/O-4

Conselho de Administração

Gustavo Estrella – Presidente
Yuehui Pan, **Futao Huang**, **Karin Regina Luchesi**, **Luis Henrique Ferreira Pinto**, **Xinjian Chen**, **Vitor Fagali de Souza** – Conselheiros

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas preparadas de acordo com as práticas contáveis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standard Board (IASB) da CPFL Transmissão foi emitida pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em 15 de março de 2023, sem ressalvas. A íntegra das demonstrações financeiras da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos informados nesta publicação resumida.

Exportações da indústria do RS caem em fevereiro

As exportações gaúchas da indústria de transformação sofreram queda no segundo mês do ano. Em fevereiro, totalizaram US$ 1,2 bilhão, 4,2% de retração na comparação com o mesmo mês de 2022. Já no acumulado dos dois primeiros meses de 2023, alcançaram US$ 2,6 bilhões, alta de 5,1%. "Embora os preços médios tenham subido, o que explica a queda nas vendas externas em fevereiro no Estado é a quantidade exportada, que caiu praticamente 15%, como resultado da desaceleração econômica internacional", afirma o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Gilberto Porcello Petry.

Segundo análise elaborada pela da Unidade de Estudos Econômicos (UEE) da entidade com base nos resultados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), dos 23 setores exportadores da indústria no RS, sete avançaram, comparando-se com o mesmo mês de 2022. Alimentos foi o segmento com maior faturamento, US$ 452,2 milhões, elevação de 7,5% em fevereiro. China (+US$ 31,1 milhões), Coreia do Sul (+US$ 4,5 milhões) e Espanha (+US$ 17,6 milhões) foram os principais mercados.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 07/2023

O Município de Almirante Tamandaré do Sul torna pública a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO SRP Nº 07/23 – PRESENCIAL** – tipo menor preço por item, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de mudas de plantas, insumos e materiais para jardinagem, onde a entrega dos envelopes de proposta financeira, documentação, credenciamento e a sessão de lances será no **dia 30/03/2022, às 09h00min**, na sala de reuniões do Centro Administrativo Municipal. Edital disponível em almirantetamandaredosul.rs.gov.br. Dúvidas/informações podem ser enviadas para licitacao@tamandaredosul.com.br ou pelo fone (54) 3615-1143. Almirante Tamandaré do Sul, 17 de março de 2023.
ADIR GIACOMINI - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO SUL-RS

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2023

Paulo Sérgio Battisti, Pref. de Camp. do Sul-RS, no uso de suas atribuições legais torna público que realizará Licitação na modalidade, pregão presencial com a finalidade de contratar empresa para a prestação de serviços de Auxiliar de Serviços Patrimoniais para as Escolas Municipais. Com abertura da sessão pública para dia 29/03/2023 às 09h00min. Informações do Edital pelo fone: (54) 3366-1490 ou pelo site do município http://www.campinasdosul.rs.gov.br . Camp. do Sul/RS, 17/03/2023. Paulo Sérgio Battisti-Prefeito

Ü MÜLLER LEILÕES

Edital de Leilão e Intimação de Carynock Sociedad Anonima e Cristiano Ribas
Dia 23.03.23, às 14:30hs, através do site www.mullerleiloes.com.br

DARCI MÜLLER, Leiloeiro Oficial, matrícula 117/95 JucisRS, por ordem do Exmo. Dr. Juiz de Direito da 12ª Vara de Cível do Foro Central, promoverá o leilão do bem abaixo, conf. Art. 881 e seguintes, CPC. Proc. 5106709-14.2020.8.21.0001 Cond. Hor. Sagaro Villas x Carinock Sociedad Anonima. **CASA 14 do Cond. Res. Sagaró Villas, nº 320 da Rua Osório Tuyuty de Oliveira Freitas**, c/ área priv. 375,92m2, global de 490,49m2, fração ideal 0,0764. **Bairro:** Três Figueiras. Consta penhora no proc. 5106709-14.2020.8.21.0001/RS. Matr. 131463 - RI 4ª Zona de Poa/RS. **Aval.: R$ 3.000.000,00.** Caso não haja lance no 1º leilão, fica designado o dia **30.03.23**, mesmo horário e site, para 2º leilão, pelo maior lanço, indmitido preço vil. Ficam as partes intimadas pelo presente edital, caso não localizadas (Art. 889, § único, CPC). **Informações com Leiloeiro pelos fones (51) 3242.1388 e 98401.5742 – email: darci@mullerleiloes.com.br - site: www.mullerleiloes.com.br**

COMERCIAL AGRÍCOLA SEMEAGRO LTDA

CNPJ/MF nº. 87.133.096/0001-44 – NIRE/JUCISRS: 4.320.020.966-9

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE QUOTISTAS

Ficam convocados todos os sócios da sociedade empresária **COMERCIAL AGRÍGOLA SEMEAGRO LTDA** para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** (AGO) **E EXTRAORDINÁRIA** (AGE), sendo a ordem do dia da AGE debatida e deliberada somente após os debates e deliberações da AGO. **DATA:** 16 de abril de 2023, domingo, **LOCAL:** Sede da sociedade Comercial Agrícola Semeagro Ltda, situada na Av. Fernando Ferrari, 711 e 715, Bairro Anchieta, município de Porto Alegre, RS, CEP 90.200-041, **HORÁRIO:** 9h em 1ª. convocação, com sócios representantes de ¾ (três quartos) do capital social e 9h30min em 2ª. e última convocação, com qualquer número de sócios, respeitado o quórum legal para deliberações e com a seguinte **ORDEM DO DIA DA AGO: 1) Tomar as contas da Administração dos períodos:** 01/01 a 31/12 dos exercícios sociais de 2019, 2020, 2021 e 2022 e **deliberar sobre a aprovação** dos respectivos Balanços Patrimoniais e de Resultados Econômicos. A administração da sociedade foi realizada pela sócia Adriana Sugimoto, CPF 003.776.020-35, no exercício social de 2019, 2020, 2021 e até 06/10/2022, inclusive. De 07/10/2022 a 31/12/2022, a administração foi exercida por Maria Elisete Braga, CPF 457.271.120-87; **2) Deliberar sobre a Auditoria realizada nos exercícios sociais de 2019, 2020, 2021 e 2022,** em especial, sobre os critérios contábeis adotados pela administração para a contabilização dos valores de plano de saúde das famílias dos sócios, de pró-labore e adiantamento de lucros de cada exercício; **3) Deliberar sobre a distribuição de lucros** de cada exercício social; **4) Deliberar sobre a constituição de reserva contingencial em razão de pedido indenizatório da sócia e ex-administradora da sociedade, Adriana Sugimoto,** o que poderá ser feito por conta da redução dos valores distribuídos aos sócios a título de lucros/antecipação; **5) Deliberar sobre os desvios financeiros** realizados por consultor de gestão indicado pela família Feijó e as responsabilidades decorrentes; **6)Deliberar sobre a atual administração do Sr. Frederico Feijó. ORDEM DO DIA DA AGE: 1) Deliberar sobre a Modificação do Contrato Social,** nos termos da minuta elaborada e apresentada com antecedência para todos os sócios, inclusive com a retirada, a pedido, da sócia Adriana Sugimoto da sociedade e ingresso de outros sócios da família Feijó; **2) Deliberar sobre as Melhores Práticas de Gestão Corporativa, Gestão e Compliance** da sociedade; **3) Deliberar sobre os investimentos** necessários ao desenvolvimento do objeto da sociedade, tais como: reformas físicas, estoque de produtos, compra de veículo e contratação de pessoal para vendas; **4) Deliberar sobre o recurso financeiro** cedido para a sociedade Semeagro, pela família Feijó, para complementar o pagamento da compra do terreno onde está situada a atual sede da sociedade; **5) Deliberar sobre valores financeiros da sociedade** em posse dos sócios Wilson Feijó, Akio Sugimoto e Adriana Sugimoto. **6) Deliberar sobre mobiliário** de propriedade da Família Feijó armazenado no prédio. **Assuntos Gerais:** somente por **deliberação da maioria absoluta de votos,** contados segundo o valor das quotas de cada sócio, será possível debater e deliberar outros assuntos que não os expressamente definidos na ordem do dia das AGO/AGE. Em observância do que determina a lei societária, cópia dos balanços patrimoniais, de resultados econômicos e da auditoria dos exercícios sociais de 2019 a 2022 foram enviadas a todos os sócios, com 30 (trinta) dias de antecedência e encontram-se à disposição, na sede da sociedade, a todos os sócios interessados. **Dos trabalhos e deliberações será lavrada ata assinada pelos membros da mesa e por sócios participantes da assembleia,** quantos bastem à validade das deliberações, sem prejuízo dos que queiram assiná-la, devendo a mesma, no prazo legal, ser levada a registro na JUCISRS. Porto Alegre, RS, 17 de março de 2023. **Wilson Fachin Feijó,** CPF 078.143.720-20.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Gabriel/RS comunica aos interessados da abertura das seguintes licitações: -**Pregão Presencial nº 013/2023**-registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios, **no dia 29/03/2023, às 09:00 horas**; -**Pregão Presencial nº 015/2023**-registro de preços para aquisição de ferramentas de serviço e materiais diversos, **no dia 30/03/2023, às 09:00 horas**. Os editais e maiores informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal/Diretoria de Compras,fones: (55)3232-2988, ramal 253, ou (55) 3237-1376,de segundas a sextas-feiras,no horário de expediente da Prefeitura, das 08:00 às 14:00 h, e no site da Prefeitura. São Gabriel, 16 de março de 2023.
Lucas Gonçalves Menezes, Prefeito Municipal

SINDICATO DOS VIGIAS PORTUÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES

O SINDICATO DOS VIGIAS PORTUÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL, através de sua Diretoria vem pelo presente edital informar que no dia de 26 Abril de 2023 no período das 14:00 às 17:00, na sede social desta entidade, sito a Rua Silva Paes, 179 – Centro – Rio Grande ...será realizado eleições para composição da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegado Representante e seus respectivos suplentes. Ficando o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente edital para o registro de chapas, que deverá ser feita por requerimento e em conformidade com o estatuto vigente. A secretária da entidade receberá as inscrições em seu horário de funcionamento até o trigésimo dia da publicação do presente. A impugnação dos candidatos somente será aceita por escrito e devidamente fundamentada podendo ser feita até os 5 (cinco) dias após o encerramento das inscrições. A chapa eleita será aquela que atingir o quórum previsto no estatuto social, em caso de empate entre duas ou mais chapas, será realizada novas eleições no prazo de 5 (cinco) dias, no mesmo local e horário, sendo declarada eleita a chapa que obter a maioria simples. Em caso de haver apenas uma chapa inscrita e nenhum de seus membros impugnados no prazo legal, a mesma será eleita por aclamação no dia 26/04/2023. A posse dos eleitos se dará no mesmo dia do pleito, logo após o fim da conferência das urnas. No caso de eleição por aclamação, a posse se dará no mesmo ato. Rio Grande, 16 de março de 2023. Gerson Pasquali Abreu - Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da **Cooperativa de Cereais de Camaquã -** COOPACC, CNPJ.47.197.517/0001-86, NIRE N° 43400105689 em 18/07/2022 em cumprimento das disposições legais e estatutárias e poderes que lhe são conferidos pelos artigos 19 e 20 de seu estatuto, e pelo artigo 38 da Lei 5.764 de 16/12/1971 convoca os associados para se reunirem em **Assembléia Geral Ordinaria**, **a realizar-se no dia 29 de março de 2023**, com presença de 2/3 dos associados em primeira convocação de acordo com o artigo 21 de nossos estatutos, às 17:30hs com a metade mais um dos associados em 2ª convocação uma hora após 18:30hs, e em 3ª e última convocação às 19hs com um mínimo de dez (10) associados, a qual será realizada na sede da Coopacc localizada na Rua Cruz Alta N° 140 na cidade de Camaquã/RS Cep.961789-410. com as seguintes **ordens do dia:** 1º) Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada do parecer do conselho fiscal compreendendo: a) apresentação do Relatório de gestão desenvolvidas no ano de 2022 b) Balanço do ano base de 2022 c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura de despesas da sociedade e o parecer do conselho fiscal; 2º) Destinação das sobras ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os fundos obrigatórios. 3º) Deliberação sobre pagamento de juros aos associados referentes a quota-parte integralizada de cada um 4º). Renovação de 2/3 do Conselho Fiscal, por eleição, com mandato de um (1) ano ou seja a partir de 1°/04/2023 a 31/03/2024. 5º) Fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros dos órgãos de Administração e do Conselho Fiscal. 6º) Quaisquer Assuntos de interesse social da sociedade cooperativa. **Notas:** 1. Para efeitos legais e estatutários, declara-se que o número de associados da cooperativa, nesta data é de 77 associados com direito a voto. Camaquã, (RS), 16 de março de 2023. VOLZEAR LONGARAY JUNIOR - Presidente. RG 1036223756 CPF. 558.724.410-53

Sindicato dos Publicitários, Agenciadores de Propaganda e trabalhadores em Empresas de Publicidade do Estado do Rio Grande do Sul
Av. João Wallig, 518 Fone: (51) 33612495 – Passo D'Areia – CEP 91340000 – Porto Alegre – RS –
CNPJ: 90.900.127/0001-50 – Cód. Sind. 009.210.01257-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No uso das atribuições que me são conferidas pelo Estatuto desta Entidade e de conformidade com a legislação sindical em vigor, convoco os Senhores Associados e demais membros das categorias profissionais de publicidade (publicitários e agenciadores de propaganda) e demais trabalhadores em todas as empresas de publicidade em geral (tais como agências e empresas de propaganda, publicidade e comunicação, publicidade on-line, marketing digital e direto, agências digitais, consultoria em publicidade, empresas de divulgação e promoções de eventos promocionais, empresas de publicidade visual, externa e dirigida, inclusive em plataforma on-line, e em marketing de publicidade e pesquisas publicitárias) no Estado do Rio Grande do Sul, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária *ad referendum*), a realizarem-se **dia 24 de março de 2023**, a partir das 18:30h na sede do sindicato sito na Av. João Wallig, 518, nesta capital, bem como através de reunião virtual com uso da plataforma zoom, em primeira convocação, e às 19:00 horas do mesmo dia, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para o fim especial de deliberar e votar a seguinte **ORDEM DO DIA**: **1)** Revisão das cláusulas da respectiva Convenção Coletiva de Trabalho para o exercício de 2023 (vigência de maio/2023 a abril/2024, junto aos sindicatos patronais representantes das empresas de publicidade em geral, tais como empresas de propaganda, publicidade e comunicação, bem como empresas de divulgação e promoções de eventos, e demais afins, empresas editoras de listas telefônicas e guias informativos e empresas de publicidade visual e externa, bem como a forma de proceder em tal negociação perante as entidades patronais e/ou diretamente as Empresas. **2)** No caso de ser conveniente a revisão: **A)** Autorização para ajuizamento de Dissídio Coletivo; **B)** Fixação das bases de pedido de conciliação; **C)** Autorização para descontos em folha de pagamento da Contribuição Assistencial e reajuste da Contribuição Associativa em favor do Sindicato; **D)** Autorização ao Sindicato e seu Presidente para que promova entendimento extrajudicial necessário à consecução da revisão aprovada; **E)** Autorização para o Sindicato atuar como substituto processual dos integrantes da categoria, coletiva ou individualmente, nos termos dos dispositivos constitucionais; **F)** Outorga de procuração e seus termos para fim de ajuizamento de Dissídio Coletivo Revisional. Porto Alegre, 15, 16 e 17 de Março de 2023. **MANOEL DA COSTA NETO -** Presidente.

www.grupocpfl.com.br **Companhia Aberta**

Uma empresa CPFL Energia

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/
- https://cpfl.riweb.com.br/
- https://sistemas.cvm.gov.br
- https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 2022, a RGE cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 3,1 milhões de clientes, em 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 8,9% em relação ao exercício de 2021. Destaca-se à classe Industrial, que registrou uma redução de 9,1% ante 2021, devido ao aumento da migração dos clientes para o mercado livre e a migração das permissionárias.

Finalmente, a administração da RGE Sul reitera o compromisso e confiança com o acionista, clientes, parceiros, sociedade e demais stakeholders e agradece a todos colaboradores da Companhia pelos resultados alcançados. Assim, para 2023, seguimos otimistas quanto aos avanços do setor elétrico brasileiro e preparada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		464.913	322.437
Títulos e valores mobiliários		615	3.568
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	1.219.024	1.403.690
Imposto de renda e contribuição social a compensar		25.465	14.001
Outros tributos a compensar		132.966	99.338
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	6	541.208	478.204
Derivativos		39.714	103.613
Ativo financeiro setorial	7	52.746	595.997
Estoques		30.167	18.507
Outros ativos		336.620	411.022
Total do circulante		**2.843.438**	**3.450.376**
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	58.168	79.690
Depósitos judiciais	14	93.954	106.144
Imposto de renda e contribuição social a compensar		403	2.751
Outros tributos a compensar		172.572	114.026
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	6	1.963.226	2.283.726
Ativo financeiro setorial	7	55.675	253.379
Derivativos		128.930	289.343
Créditos fiscais diferidos		–	539
Ativo financeiro da concessão	8	8.010.390	5.904.078
Outros ativos		19.043	4.566
Ativo contratual	9	614.740	650.777
Intangível	10	2.263.970	2.340.592
Total do não circulante		**13.381.071**	**12.029.611**
Total do ativo		**16.224.509**	**15.479.987**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		890.460	1.090.239
Empréstimos e financiamentos	11	491.124	435.612
Debêntures	12	130.440	159.762
Taxas regulamentares		9.292	142.599
Imposto de renda e contribuição social a recolher		22.425	17.875
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher		66.007	159.921
Mútuos com coligadas, controladas e controladora		–	126.750
Dividendo e juros sobre capital próprio		185.718	–
Obrigações estimadas com pessoal		38.556	34.070
Passivo financeiro setorial	7	134.653	–
PIS/COFINS devolução consumidores		250.942	–
Outras contas a pagar		545.918	442.046
Total do circulante		**2.765.534**	**2.608.874**
Não circulante			
Fornecedores		244.771	221.283
Empréstimos e financiamentos	11	3.089.830	3.283.120
Debêntures	12	3.124.420	2.376.098
Entidade de previdência privada	13	90.209	160.542
Imposto de renda e contribuição social a recolher		9.154	8.802
Débitos fiscais diferidos		322.552	–
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	208.196	215.196
Derivativos		78.634	24.133
Passivo financeiro setorial	7	98.267	–
PIS/COFINS devolução consumidores	6	2.069.786	2.768.506
Outras contas a pagar		155.174	117.810
Total do não circulante		**9.490.993**	**9.175.490**
Patrimônio líquido	**15**		
Capital social		2.842.391	2.831.534
Reserva de capital		163.105	173.962
Reserva legal		288.073	234.784
Reserva de lucros a realizar		355.275	–
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		404.100	–
Dividendo		–	591.850
Resultado abrangente acumulado		(84.962)	(136.508)
Total do patrimônio líquido		**3.967.983**	**3.695.623**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**16.224.509**	**15.479.987**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros: Reserva de capital de giro	Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.820.677**	**184.819**	**185.950**	**–**	**489.922**	**–**	**(140.739)**	**–**	**3.540.630**
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	976.685	976.685
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	18.405	–	18.405
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	(14.174)	–	(14.174)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva legal	–	–	48.834	–	–	–	–	(48.834)	–
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	591.850	–	(591.850)	–
Aprovação de dividendos intermediários AGE 07/10/2021 e 11/11/2021	–	–	–	–	(489.922)	–	–	(336.000)	(825.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.831.534**	**173.962**	**234.784**	**–**	**–**	**591.850**	**(136.508)**	**–**	**3.695.623**
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	1.065.789	1.065.789
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	54.011	–	54.011
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	(2.466)	–	(2.466)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva legal	–	–	53.289	–	–	–	–	(53.289)	–
Constituição da reserva de lucros a realizar	–	–	–	355.275	–	–	–	(355.275)	–
Constituição de reserva de capital de giro	–	–	–	–	404.100	–	–	(404.100)	–
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário	–	–	–	–	–	–	–	(67.407)	(67.407)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	(591.850)	–	–	(591.850)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(185.718)	(185.718)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.842.391**	**163.105**	**288.073**	**355.275**	**404.100**	**–**	**(84.962)**	**–**	**3.967.983**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais)

	2022	2021
1 - Receita	**14.707.509**	**16.122.687**
1.1 Receita de venda de energia e serviços	12.895.993	15.015.776
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.896.946	1.217.764
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(85.430)	(110.853)
2 - (–) Insumos adquiridos de terceiros	**(7.840.591)**	**(8.679.290)**
2.1 Custo com energia elétrica	(5.276.707)	(6.875.202)
2.2 Material	(1.149.682)	(703.038)
2.3 Serviços de terceiros	(1.093.370)	(802.375)
2.4 Outros	(320.832)	(298.676)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**6.866.918**	**7.443.397**
4 - Retenções	**(476.300)**	**(414.421)**
4.1 Amortização	(424.201)	(362.321)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(52.099)	(52.099)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**6.390.618**	**7.028.976**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**498.294**	**299.669**
6.1 Receitas financeiras	498.294	299.669

	2022	2021
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**6.888.913**	**7.328.645**
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	**401.113**	**348.593**
8.1.1 Remuneração direta	229.501	201.750
8.1.2 Benefícios	156.132	133.510
8.1.3 F.G.T.S.	15.479	13.333
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**4.398.762**	**5.396.825**
8.2.1 Federais	2.647.498	2.228.682
8.2.2 Estaduais	1.749.890	3.166.915
8.2.3 Municipais	1.374	1.227
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**1.023.249**	**606.542**
8.3.1 Juros	995.653	572.085
8.3.2 Aluguéis	27.596	34.457
8.4 Remuneração de capital próprio	**1.065.789**	**976.685**
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	253.125	927.850
8.4.2 Lucros retidos	812.664	48.834
	6.888.913	**7.328.645**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	**16**	**10.440.750**	**10.660.448**
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	**17**	**(4.731.691)**	**(6.208.132)**
Custo com operação		**(897.931)**	**(758.938)**
Amortização		(378.321)	(321.866)
Outros custos com operação		(519.609)	(437.072)
Custo do serviço prestado a terceiros		**(1.897.880)**	**(1.218.554)**
Lucro operacional bruto		**2.913.248**	**2.474.824**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		**(257.095)**	**(279.085)**
Amortização		(5.781)	(5.494)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(85.430)	(110.853)
Outras despesas com vendas		(165.884)	(162.739)
Despesas gerais e administrativas		**(363.913)**	**(289.298)**
Amortização		(38.581)	(33.239)
Outras despesas gerais e administrativas		(325.332)	(256.059)
Outras despesas operacionais		**(146.127)**	**(149.498)**
Amortização do intangível da concessão		(52.099)	(52.099)
Outras despesas operacionais		(94.028)	(97.398)
Resultado do serviço		**2.146.113**	**1.756.943**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		474.867	284.251
Despesas financeiras		(976.709)	(560.854)
		(501.841)	**(276.603)**
Lucro antes dos tributos		**1.644.271**	**1.480.339**
Contribuição social		(153.772)	(134.381)
Imposto de renda		(424.710)	(369.273)
		(578.482)	**(503.655)**
Lucro líquido do exercício		**1.065.789**	**976.685**
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R$		947,01	867,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**1.065.789**	**976.685**
Outros resultados abrangentes	**51.546**	**4.231**
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	54.011	18.405
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(2.466)	(14.174)
Resultado abrangente do exercício	**1.117.335**	**980.916**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos tributos	**1.644.271**	**1.480.339**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	474.783	412.698
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	97.149	66.648
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	85.430	110.853
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	55.054	(125.018)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	16.095	12.896
Perda (ganho) na baixa de não circulante	92.320	95.517
	2.465.102	**2.053.933**
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	28.530	(173.143)
Tributos a compensar	375.392	189.930
Depósitos judiciais	18.940	20.405
Ativo financeiro setorial	47.428	(607.717)
Contas a receber - CDE	(4.961)	(1.615)
Outros ativos operacionais	168.277	(95.119)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(176.291)	69.415
Outros tributos e contribuições sociais	(99.067)	(5.540)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(4.594)	(5.395)
Taxas regulamentares	240	118.942
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(112.735)	(112.535)
Passivo financeiro setorial	243.944	(268.451)
Contas a pagar - CDE	7.321	(6.869)
Outros passivos operacionais	106.644	87.106
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**3.064.170**	**1.263.347**
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(372.095)	(191.055)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(273.976)	(330.353)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**2.418.099**	**741.939**
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(191.669)	(26.239)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	178.224	775.179
Adições de ativo contratual	(1.955.912)	(1.253.015)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**(1.969.357)**	**(504.075)**
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.877.592	2.260.046
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.267.748)	(1.920.552)
Liquidação de operações com derivativos	(121.920)	525.509
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(659.258)	(989.230)
Amortização de mútuo com controladas e coligadas	(134.932)	(183.800)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**(306.266)**	**(308.027)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**142.476**	**(70.163)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**322.437**	**392.601**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**464.913**	**322.437**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua →

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora. A sede da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 6 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período. A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3 milhões de consumidores. **1.1 Mudanças Climáticas:** Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, Companhia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5ºC, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa "GEE". Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles: • Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia; • Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia; • Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor. A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures - TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). *Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ("www.aneel.gov.br") e da Companhia ("www.cpfl.com.br") a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2023. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 5 - Consumidores, concessionárias e permissionárias; • Nota 7 - Ativo e passivo financeiro setorial; • Débitos e créditos fiscais diferidos; • Nota 8 - Ativo financeiro da concessão; • Outros ativos; • Nota 9 - Ativo contratual; • Nota 10 - Intangível; • Nota 11 - Empréstimos e financiamentos; • Nota 12 - Debêntures; • Nota 13 - Entidade de previdência privada; • Imposto de renda e contribuição social a recolher; • Nota 14 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; e • Instrumentos Financeiros. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Segmento operacional:** A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Contratos de concessão:** O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 16). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. **3.2 Intangível e Ativo contratual:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.1. Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47. **3.3 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características: i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano. **3.4 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como "Não Faturado". Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. **3.5 Ativo e passivo financeiro setorial:** Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis). A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. **3.6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23); b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26); c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações ao CPC 32). As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26). As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. - Intangível e ativo contratual; - Instrumentos financeiros.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos	Vencidos		Total	
Circulante	**vincendos**	**até 90 dias**	**> 90 dias**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Classes de consumidores					
Residencial	320.037	133.210	24.262	477.509	643.063
Industrial	20.756	12.842	21.322	54.920	48.711
Comercial	69.694	19.248	25.682	114.624	148.207
Rural	54.356	14.215	12.676	81.247	95.366
Poder público	20.057	1.667	3.787	25.511	33.103
Iluminação pública	22.762	423	1.063	24.249	32.008
Serviço público	14.033	807	123	14.963	17.216
Faturado	**521.696**	**182.412**	**88.915**	**793.022**	**1.017.675**
Não faturado	421.331	–	–	421.331	380.271
Parcelamento de débito de consumidores	37.163	17.224	14.985	69.373	109.018
Operações realizadas na CCEE	10.624	–	–	10.624	78.421
Concessionárias e permissionárias	16.757	–	–	16.757	22.653
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(2.477)	–	–	(2.477)	(96.476)
Outros	1.799	–	–	1.799	2.508
	1.006.894	**199.636**	**103.900**	**1.310.429**	**1.514.069**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(91.405)	(110.379)
Total				**1.219.024**	**1.403.690**
Não circulante					
Precatórios	31.148	–	–	31.148	36.263
Parcelamento de débito de consumidores	27.021	–	–	27.021	43.427
Total	**58.168**	**–**	**–**	**58.168**	**79.690**

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"): A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2021	**(110.379)**	**(17.099)**	**(127.478)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(152.940)	128	(152.813)
Recuperação de receita	67.383	–	67.383
Baixa de contas a receber provisionadas	104.531	–	104.531
Saldo em 31/12/2022	**(91.405)**	**(16.972)**	**(108.377)**

6. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE PIS E COFINS

Ativo	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Circulante		
PIS sobre ICMS	95.175	84.190
COFINS sobre ICMS	446.033	394.014
Total circulante	**541.208**	**478.204**
Não circulante		
PIS sobre ICMS	351.562	411.080
COFINS sobre ICMS	1.611.664	1.872.647
Total não circulante	**1.963.226**	**2.283.726**
Passivo	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Circulante		
PIS/COFINS devolução consumidores	250.942	–
Total circulante	**250.942**	**–**
Não circulante		
PIS/COFINS devolução consumidores	2.069.786	2.768.506
Total não circulante	**2.069.786**	**2.768.506**

Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002). Considerando as duas ações judiciais (RGE Sul e RGE), o montante total até dezembro de 2022 de ativos de tributos a compensar é de R$ 2.504.434 e do passivo com consumidores é de R$ 2.320.728. Para a RGE Sul os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.685.452 (R$ 2.006.079 em 31 de dezembro de 2021). Sendo que, entre janeiro e dezembro de 2022 já foram compensados R$ 476.682 (totalizando R$ 713.238 de compensações realizadas). Em relação, ao saldo do passivo com consumidores atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.501.745, saldo este já considerando no reajuste tarifário de junho de 2021 (R$ 228.800) e de junho 2022 (R$ 657.746) a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R$ 886.546. Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) nos termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado "praticamente certo", no 2º trimestre 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R$ 739.273 (R$ 755.750 em 31 de dezembro de 2021), relacionado a RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018), embora a ação desta empresa ainda não ter recebido a certificação do trânsito em julgado. O saldo atualizado até dezembro de 2022 é de R$ 818.982. Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão. Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento. Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

7. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2021			Receita operacional (nota16)		Resultado financeiro		Recebimento			Saldo em 31/12/2022		
	Diferido	**Homologado**	**Total**	**Constituição**	**Realização**	**Atualização monetária**	**Devolução do crédito de PIS/COFINS**	**Conta de comercialização de Itaipu**	**Conta de escassez hídrica**	**CDE Eletrobrás**	**Diferido**	**Homologado**	**Total**
Parcela "A"	**700.474**	**163.228**	**863.702**	**(189.887)**	**(203.626)**	**90.059**	**–**	**(5.172)**	**(107.791)**	**(198.326)**	**106.559**	**142.402**	**248.961**
CVA (*)													
CDE (**)	(42.531)	15.666	(26.865)	187.148	8.424	6.137	–	–	–	(198.326)	(6.505)	(16.976)	(23.481)
Custos energia elétrica	(41.058)	(83.385)	(124.443)	(875.674)	402.972	(48.447)	–	–	(29.951)	–	(353.691)	(321.852)	(675.543)
ESS e EER (***)	395.388	43.536	438.924	(84.474)	(184.252)	34.516	–	–	(77.840)	–	(45.225)	172.098	126.873
Proinfa	–	6.798	6.798	40.492	(29.687)	4.001	–	–	–	–	–	21.604	21.604
Rede básica	61.972	38.303	100.275	145.716	(78.550)	14.168	–	–	–	–	146.292	35.318	181.609
Repasse de Itaipu	467.677	134.170	601.847	232.446	(407.461)	77.585	–	(5.172)	–	–	158.741	340.504	499.245
Transporte de Itaipu	(939)	7.089	6.150	7.660	(5.821)	192	–	–	–	–	9.575	(1.394)	8.181
Neutralidade dos encargos setoriais	6.546	(8.353)	(1.807)	4.799	14.544	21	–	–	–	–	23.418	(5.860)	17.558
Sobrecontratação	(146.581)	9.406	(137.175)	152.164	76.205	1.885	–	–	–	–	174.119	(81.040)	93.079
Bandeira Tarifária Faturada	–	–	–	(164)	–	–	–	–	–	–	(164)	–	(164)
Outros componentes financeiros	**101.841**	**(116.167)**	**(14.326)**	**134.840**	**391.718**	**18.730**	**(657.746)**	**(66.561)**	**(180.114)**	**–**	**(96.406)**	**(277.054)**	**(373.460)**
Devolução crédito de PIS e COFINS	–	(117.845)	(117.845)	–	449.731	6.008	(657.746)	–	–	–	–	(319.853)	(319.853)
Outros	101.841	1.678	103.519	134.840	(58.013)	12.722	–	(66.561)	(180.114)	–	(96.406)	42.799	(53.607)
Total	**802.315**	**47.061**	**849.376**	**(55.047)**	**188.092**	**108.789**	**(657.746)**	**(71.733)**	**(287.905)**	**(198.326)**	**10.153**	**(134.653)**	**(124.499)**
Ativo circulante			595.997										52.746
Ativo não circulante			253.379										55.675
Passivo circulante			–										(134.653)
Passivo não circulante			–										(98.267)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"; (**) Conta de desenvolvimento energético; (***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER").

continua

→★ continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2021	**5.904.078**
Transferência - ativo contratual	1.595.009
Transferência - intangível em serviço	885
Ajuste ao valor justo	559.063
Baixas	(48.646)
Saldo em 31/12/2022	**8.010.390**

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

9. ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2021	**650.777**
Adições	1.978.276
Transferência - Intangível em serviço	(419.303)
Transferência - Ativo financeiro	(1.595.009)
Saldo em 31/12/2022	**614.740**

10. INTANGÍVEL

	Direito de concessão			
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	**305.882**	**2.030.802**	**3.907**	**2.340.592**
Custo histórico	1.923.048	5.322.726	41.191	7.286.965
Amortização acumulada	(1.617.166)	(3.291.924)	(37.284)	(4.946.373)
Amortização	(52.099)	(412.572)	(1.418)	(466.090)
Transferência - ativo contratual	–	417.590	1.713	419.303
Transferência - ativo financeiro	–	(885)	–	(885)
Baixa e transferência - outros ativos	–	(28.950)	–	(28.950)
Saldo em 31/12/2022	**253.783**	**2.005.985**	**4.203**	**2.263.970**
Custo histórico	1.923.048	5.540.263	42.904	7.506.215
Amortização acumulada	(1.669.265)	(3.534.278)	(38.701)	(5.242.245)

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós-Fixado							
TJLP	427	–	(426)	6	–	(7)	–
IPCA	1.903.727	297.139	(114.794)	225.108	–	(94.892)	2.216.290
Gastos com captação	(17.179)	–	–	3.176	–	–	(14.003)
Total moeda nacional	**1.886.975**	**297.139**	**(115.220)**	**228.290**	**–**	**(94.899)**	**2.202.287**
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.692.701	–	(119.198)	31.541	(115.664)	(31.174)	1.458.206
Euro	187.339	–	(168.330)	193	(18.865)	(337)	–
Marcação a mercado	(48.284)	–	–	(31.255)	–	–	(79.539)
Total moeda estrangeira	**1.831.756**	**–**	**(287.528)**	**479**	**(134.529)**	**(31.511)**	**1.378.667**
Total	**3.718.732**	**297.139**	**(402.748)**	**228.769**	**(134.529)**	**(126.410)**	**3.580.954**
Circulante	**435.612**						**491.124**
Não circulante	**3.283.120**						**3.089.830**

12. DEBÊNTURES

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo						
Pós-fixado						
CDI	1.489.897	1.090.000	(865.000)	179.457	(175.245)	1.719.109
IPCA	168.163	–	–	18.662	(8.932)	177.893
Gastos com captação	(26.836)	(2.547)	–	23.407	–	(5.977)
Total ao custo	**1.631.223**	**1.087.453**	**(865.000)**	**221.526**	**(184.177)**	**1.891.025**
Mensuradas ao valor justo						
Pós-fixado						
IPCA	1.001.805	493.000	–	126.891	(61.508)	1.560.188
Marcação a mercado	(97.169)	–	–	(99.185)	–	(196.354)
Total ao valor justo	**904.637**	**493.000**	**–**	**27.705**	**(61.508)**	**1.363.834**
Total	**2.535.860**	**1.580.453**	**(865.000)**	**249.232**	**(245.685)**	**3.254.860**
Circulante	**159.762**					**130.440**
Não circulante	**2.376.098**					**3.124.420**

13. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

	31/12/2022	
	Plano 1	Plano 2
Passivo atuarial no início do exercício	**21.084**	**139.458**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.789	14.306
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(2.308)	(2.286)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	10.647	–
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(52.349)	(45.221)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.648)	(16.049)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	–
Passivo atuarial no fim do exercício	**–**	**90.209**

14. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	83.841	39.054	75.682	41.612
Cíveis	68.577	12.072	104.178	24.882
Fiscais	20.764	42.829	19.058	39.649
Regulatórios	34.645	–	15.909	–
Outros	369	–	369	–
Total	**208.196**	**93.954**	**215.196**	**106.144**

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	75.682	24.849	(6.055)	(19.466)	8.832	83.841
Cíveis	104.178	68.858	(28.976)	(92.941)	17.457	68.577
Fiscais	19.058	417	(69)	(328)	1.686	20.764
Regulatórios	15.909	16.819	–	–	1.918	34.645
Outros	369	–	–	–	–	369
Total	**215.196**	**110.943**	**(35.100)**	**(112.735)**	**29.893**	**208.196**

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022, estavam assim representadas:

	31/12/2022	31/12/2021	Principais causas
Trabalhistas	289.726	325.171	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.016.744	1.005.363	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	1.119.564	1.056.046	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	580.542	546.262	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	79.320	48.394	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	**3.085.896**	**2.981.235**	

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

	Quantidade de ações	
Acionistas	**Ordinárias**	**%**
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S.A.	123.676	10,99
Total	**1.125.427**	**100,00**

Destinação do lucro líquido do exercício: O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	**1.065.789**
Reserva legal	(53.289)
Reserva de lucros a realizar	(355.275)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(404.100)
Dividendos intermediários	(67.407)
Dividendo mínimo obrigatório	(185.718)

Considerando avaliações da controladora da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R$ 404.100 à reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R$ 355.275, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R$ mil	
Receita de operações com energia elétrica	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Classe de consumidores						
Residencial	2.618.664	2.562.073	5.753	5.732	5.140.312	5.893.062
Industrial	17.299	17.843	1.259	1.385	1.026.876	1.150.286
Comercial	178.460	175.366	1.768	1.833	1.667.058	1.917.877
Rural	229.900	248.130	1.458	1.548	975.962	966.324
Poderes públicos	22.862	22.115	360	316	326.332	316.171
Iluminação pública	574	539	537	553	269.557	307.184
Serviço público	3.911	3.780	296	313	238.188	279.012
Fornecimento faturado	**3.071.670**	**3.029.846**	**11.430**	**11.680**	**9.644.284**	**10.829.915**
Consumo próprio	236	225	6	6	–	–
Fornecimento não faturado (líquido)	–	–	–	–	13.728	(129.146)
(–) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	–	–	–	–	(4.973.807)	(5.215.346)
Fornecimento de energia elétrica	**3.071.906**	**3.030.071**	**11.436**	**11.685**	**4.684.205**	**5.485.423**
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			342	1.249	212.319	400.021
(–) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			–	–	(111.666)	(100.162)
Energia elétrica de curto prazo			1.380	837	76.616	293.752
Suprimento de energia elétrica			**1.722**	**2.086**	**177.269**	**593.611**
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					5.085.473	5.315.508
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.473.348	1.362.721
(–) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(64.447)	(44.240)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.896.946	1.217.764
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 7)					133.045	971.353
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 8)					538.295	510.119
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					707.953	697.980
Outras receitas e rendas					160.852	123.301
Outras receitas operacionais					**9.931.465**	**10.154.506**
Total da receita operacional bruta					**14.792.939**	**16.233.540**
Deduções da receita operacional						
ICMS					(1.747.535)	(3.164.980)
PIS					(171.301)	(207.417)
COFINS					(788.935)	(955.379)
ISS					(152)	(153)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.465.147)	(983.845)
Programa de P & D e eficiência energética					(80.700)	(89.768)
PROINFA					(68.862)	(45.989)
Bandeiras tarifárias e outros					(13.902)	(112.599)
Outros					(15.656)	(12.963)
					(4.352.189)	**(5.573.092)**
Receita operacional líquida					**10.440.750**	**10.660.448**

Reajuste Tarifário Anual ("RTA"): Em junho de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória ("REH"), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 16 de junho até 15 de junho do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram: Em 14 de junho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução homologatória ("REH") 3.044 postergando o reajuste tarifário da Companhia. Em 22 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.045, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 8,72%, sendo 7,60% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,12% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 10,98%. Em 2021 (REH nº 2.880), o reajuste médio foi de +15,23%, sendo +16,68% referentes ao reajuste tarifário econômico, -1,45% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 9,95% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

17. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	3.215	3.315	936.675	1.173.077
PROINFA	278	314	166.119	104.659
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	11.854	12.465	2.405.054	3.814.735
Crédito de PIS e COFINS	–	–	(312.537)	(456.181)
Subtotal	**15.347**	**16.095**	**3.195.311**	**4.636.290**
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			1.009.597	815.126
Encargos de transporte de Itaipu			89.518	95.504
Encargos de conexão			187.872	157.817
Encargos de uso do sistema de distribuição			5.208	7.285
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			192.011	603.967
Encargos de energia de reserva - EER			208.772	52.357
Crédito de PIS e COFINS			(156.597)	(160.212)
Subtotal			**1.536.380**	**1.571.843**
Total			**4.731.691**	**6.208.132**

(*) Conta de energia de reserva

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 21 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a emissão de debêntures no montante de R$ 1.090.000 MM, com taxa efetiva anual de CDI + 1,20% pelo prazo de quatro anos, sendo adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A. o montante de R$ 380.000 MM.

19. EVENTO SUBSEQUENTE

Evento subsequente - Decisão do STF sobre causas tributárias: Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

Conselho de Administração

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice-Presidente

FABRÍCIO MANGANELLI KLAFKE
Conselheiro

Diretoria

MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

continua →★

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Diretoria de Contabilidade

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras completas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil da RGE Sul foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em 15 de março de 2023, sem ressalvas. A íntegra das demonstrações financeiras da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos informados nesta publicação resumida.

Meta deve lançar rede social para desbancar Twitter

A Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, está desenvolvendo uma rede social baseada em textos para competir com o Twitter. O aplicativo, que ainda está em fase embrionária, foi apelidado de P92, e será liderado por Adam Mosseri, hoje chefe do Instagram. A informação foi publicada pelo site Money Control e pela newsletter Platformer, e depois confirmada pela Meta.

É uma mudança substancial para a Meta em muitos aspectos. Primeiro, apesar de o Facebook, em seu início, ter sido baseado em textos, o investimento maciço da empresa nos últimos anos foi em vídeos.

Segundo, será uma rede social descentralizada, algo inédito no portfólio da Meta - Facebook e Instagram sempre foram centralizadas. Uma plataforma descentralizada possui diversos servidores, criados e gerenciados por usuários voluntários, que definem as próprias regras de moderação de conteúdo. A matriz estabelece apenas regras básicas, como a proibição de discurso de ódio. Terceiro, ela quer pegar carona em uma possível derrocada do Twitter de Elon Musk. Desde que ele pagou US$ 44 bilhões, a rede social vive dias de caos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023

O Município de Doutor Ricardo - RS, torna público que a Comissão Municipal de Licitações, reunir-se-á no dia 04 de abril de 2023, às 09:00 horas, no Departamento de Licitações no Centro Administrativo, sito na Rodovia RS/332, no KM 21, nº 3.699, Centro, no Município de Doutor Ricardo - RS, Fone: (51) 99666-9296, para receber propostas e documentação para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços (incluindo mão de obra, materiais e equipamentos), necessários para execução do projeto de pavimentação com área de 779,40 m² do Jardim do Futuro Municipal, localizado na Rua Pedrinho Mattiello, Bairro Centro, neste Município de Doutor Ricardo/RS, de acordo com o Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Encargos Sociais, BDI e ART. Cópia do Edital no site www.doutorricardo.rs.gov.br e informações pelo telefone acima no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h.

ALVARO JOSE GIACOBBO, PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO

PREGÃO PRESENCIAL Nº015/2023

O Município de Doutor Ricardo - RS, torna público que a Comissão Municipal de Licitações, reunir-se-á no dia 06 de abril de 2023, às 09:00 horas, no Departamento de Licitações, no Centro Administrativo, sito na RS/332, Km 21, nº 3.699, Centro, no Município de Doutor Ricardo - RS, fone (51) 99666-9296, para receber propostas e documentação para aquisição de kits de higiene/limpeza e de cestas básicas, conforme Projeto Cuidado e Cidadania a Pessoa Idosa Prioritária, realizado pelo Governo Estadual através do Conselho Estadual da Pessoa Idosa – CEI/RS, Resolução nº. 05/2021, conforme Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital, bem como os demais anexos, que integram esta licitação, independentemente de transcrição ou anexação e que devem ser obedecidos para a execução do objeto. Cópia do Edital no site www.doutorricardo.rs.gov.br e informações pelo telefone acima no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h.

ÁLVARO JOSÉ GIACOBBO, PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO

PREGÃO PRESENCIAL Nº014/2023

O Município de Doutor Ricardo - RS, torna público que a Comissão Municipal de Licitações, reunir-se-á no dia 04 de abril de 2023, às 14:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações, no Centro Administrativo, com sede na RS/332, no Km 21, nº 3.699, Centro, no Município de Doutor Ricardo - RS, Fone: (51) 996666-9296, para receber propostas e documentação para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos na área de ginecologia/obstetrícia para atendimento na Unidade Básica de Saúde do município de Doutor Ricardo/RS, conforme Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital, bem como os demais anexos, que integram esta licitação, independentemente de transcrição ou anexação e que devem ser obedecidos para a execução do objeto. Cópia do Edital no site www.doutorricardo.rs.gov.br e informações pelo telefone acima no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h. ALVARO JOSÉ GIACOBBO, PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO

PREGÃO PRESENCIAL Nº013/2023

O Município de Doutor Ricardo - RS, torna público que a Comissão Municipal de Licitações, reunir-se-á no dia 31 de março de 2023, às 14:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações, no Centro Administrativo, sito na RS/332, no Km 21, nº 3.699, Centro, no Município de Doutor Ricardo - RS, fone (51)996666-9296, para receber propostas e documentação para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de lavagem e limpeza nos veículos e máquinas de propriedade da municipalidade, conforme Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital, bem como os demais anexos, que integram esta licitação, independentemente de transcrição ou anexação e que devem ser obedecidos para a execução do objeto. Cópia do Edital no site www.doutorricardo.rs.gov.br e informações pelo telefone acima no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h.

ALVARO JOSÉ GIACOBBO, PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO - RS

Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AOS ASSOCIADOS
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De conformidade com o Artigo 10º do Estatuto do IBTeC, convoco os senhores Associados para **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no dia 29 de março de 2023, na sede desta Entidade, situada na Rua Araxá, nº. 750 - Bairro Ideal, Novo Hamburgo/RS, em 1 ª convocação às 17h, 2ª convocação às 17h30min e **3ª e última convocação** às 18h para deliberar sobre:

ORDEM DO DIA

1) Aprovação das Contas do Exercício de 2022;
2) Aprovação do Relatório de Atividades de 2022;
3) Assuntos Gerais.

Novo Hamburgo, 17 de março de 2023.
Claudio Chies
Presidente do Conselho Deliberativo - IBTeC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO

PREGÃO PRESENCIAL Nº011/2023

O Município de Doutor Ricardo - RS, torna público que a Comissão Municipal de Licitações, reunir-se-á no dia 30 de março de 2023, às 08:15 horas, no Departamento de Licitações e Contratos, no Centro Administrativo, sito na RS/332, Km 21, nº 3.699, Centro, no Município de Doutor Ricardo - RS, fone (51) 99666-9296, para receber propostas e documentação para REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de materiais de expediente, de acordo com os quantitativos e as especificações mínimas constantes no Termo de Referência (ANEXO I). Cópia do Edital no site www.doutorricardo.rs.gov.br e informações pelo telefone acima no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h.

ALVARO JOSÉ GIACOBBO, PREFEITO MUNICIPAL DOUTOR RICARDO - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO

PREGÃO PRESENCIAL Nº012/2023

O Município de Doutor Ricardo - RS, torna público que a Comissão Municipal de Licitações, reunir-se-á no dia 31 de março de 2023, às 08:30 horas, no Departamento de Licitações e Contratos, no Centro Administrativo, sito na RS/332, Km 21, nº 3.699, Centro, no Município de Doutor Ricardo - RS, fone (51) 99666-9296, para receber propostas e documentação para REGISTRO DE PREÇOS objetivando a futura e eventual aquisição e mudas de flores, plantas ornamentais, adubos, fertilizantes e materiais para jardins, de acordo com os quantitativos e as especificações mínimas constantes no Termo de Referência (ANEXO I). Cópia do Edital no site www.doutorricardo.rs.gov.br e informações pelo telefone acima no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h. ALVARO JOSÉ GIACOBBO, PREFEITO MUNICIPAL DOUTOR RICARDO - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUÍPE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: P.P N° 07/2023 – Registro de Preços **Abertura:** 23 de março de 2023 às 09:00 hs. **Objeto** Aquisição De Gêneros Alimentícios Para Merenda Escolar E Atendimentos Grupos E Oficinas Do CRAS. Edital: Rua Osório Ribeiro Nardes 152**,** 553336:0000. http://www.catuipe.rs.gov.br/. (em Editais) e www.portaldecompraspublicas.com.br (P.E)

Catuípe/RS, 09 de Março de 2023.
JOELSON ANTÔNIO BARONI, Prefeito Municipal de Catuípe

Cooperativa dos Motoristas Profissionais Autônomos do Aeroporto Internacional Senador Salgado Filho – COOTAERO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A **Cooperativa dos Motoristas Profissionais Autônomos do Aeroporto Internacional Senador Salgado Filho – COOTAERO, CNPJ 90.149.071/0001-43,** neste ato representado pelo seu Presidente, o Sr. Marcos Andre Ferraz Nunes, atendendo às disposições do Estatuto Social, convoca os associados a comparecer na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no auditório do SEST/SENAT, sito à avenida José Aloísio Filho, 695 em Porto Alegre-RS, nessa Capital, dia 28 de março de 2023, com a primeira chamada às 12:00 horas com a presença de 2/3 dos associados, segunda chamada às 13:00 horas, com a presença de metade mais um (01) dos associados e as 14:00 a terceira chamada com a presença de 10(dez) associados: para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 – Prestação de contas do Conselho de Administração, referente ao exercício de 2022 acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) Relatorio da Gestão; b) Balanço Geral; c) Demonstrativo das Sobras/Pedras Apuradas; d) Plano de trabalho do novo exercício. 2 – Destinação das Sobras Apuradas; 3 – Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal; 3 – Fixação de honorários da diretoria; 4 – Assuntos Gerais;
Notas: 1 – Para efeito de verificação de quórum, considera-se o numero de 161 associados nesta data.

Porto Alegre, 15/03/2023.
Marcos Andre Ferraz Nunes - Presidente

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA - FUMSSAR

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

A Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa torna público que, nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, realizará conforme segue:
Pregão Presencial 05/2023 - Objeto: **Registro de Preços** para agendamento de serviços de transporte individual de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e controle de dados para prestação de serviço com veículo leve e motorista de aplicativo para conduzir servidores e/ou usuários SUS atendidos pela FUMSSAR. **Nova data de Abertura no dia 29/03/2023 às 08h30min**.
Os editais em seu teor encontram-se a disposição na Seção de Material e Patrimônio. Telefones para contato: (55)3513-5150 e no site: www.fumssar.com.br

Santa Rosa, 17 de março de 2023.
Rogério Silva dos Santos
Diretor de Gestão Administrativa

PROCERGS

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

PROCERGS

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2022

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: A administração da PROCERGS - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, bem como aos nossos usuários, fornecedores e demais entidades com as quais mantemos relações e a comunidade sul rio-grandense, as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. **A DIRETORIA**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em R$ 1.000)*

A T I V O

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021
CIRCULANTE		**234.511**	**89.593**	**89.593**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.a	140.106	24.001	24.001
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		140.106	24.001	24.001
CRÉDITOS		77.335	52.183	52.183
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	73.471	50.018	50.018
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(2.063)	(1.377)	(1.377)
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	1.852	1.246	1.246
IMPOSTOS E CONTRIB. A RECUPERAR E COMPENSAR	4.e	3.202	932	932
OUTROS CRÉDITOS	4.f	873	1.364	1.364
ESTOQUES		2.712	1.059	1.059
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.g	39	39	39
MATERIAIS INDIRETOS	4.g	536	542	542
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.h	2.137	478	478
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	14.359	12.350	12.350
NÃO CIRCULANTE		**69.860**	**66.429**	**66.429**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		41.774	49.058	49.058
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	4.j	24.719	25.282	25.282
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	17.055	23.776	23.776
INVESTIMENTOS	4.k	151	151	151
IMOBILIZADO	4.l	25.005	13.785	13.785
INTANGÍVEL	4.m	2.930	3.435	3.435
TOTAL DO ATIVO		**304.371**	**156.022**	**156.022**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

P A S S I V O

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021
CIRCULANTE		**122.169**	**118.039**	**107.581**
FORNECEDORES	4.n	22.398	20.894	20.894
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.o	21.028	15.669	15.669
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.p	24.878	21.141	10.683
ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	5	405	3.033	3.033
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	4.q	24.054	19.853	19.853
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	6	27.700	36.000	36.000
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.r	1.706	1.449	1.449
NÃO CIRCULANTE		**53.744**	**62.008**	**62.008**
FORNECEDORES	4.n	15.512	23.406	23.406
ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	5	0	21	21
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	6	38.232	38.581	38.581
TOTAL DO PASSIVO		**175.913**	**180.047**	**169.589**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CAPITAL SOCIAL		203.219	115.319	115.319
CAPITAL SUBSCRITO	7.a	203.219	115.319	115.319
RESERVAS DE CAPITAL		8	8	8
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		8	8	8
PREJUÍZO ACUMULADO	7.b	(74.769)	(139.352)	(128.894)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**128.458**	**(24.025)**	**(13.567)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**304.371**	**156.022**	**156.022**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em R$ 1.000)*

	Nota Explicativa	2022	2021 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**8.a**	**490.204**	**400.016**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(60.985)	(51.796)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**429.219**	**348.220**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	8.b	(251.333)	(224.003)
LUCRO BRUTO		**177.886**	**124.217**
DESPESAS OPERACIONAIS		(100.254)	(104.339)
DESPESAS COM VENDAS	8.c	(9.022)	(7.827)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	8.d	(100.871)	(97.805)
DESPESAS FINANCEIRAS		(1.378)	(728)
RECEITAS FINANCEIRAS		11.017	2.021
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		813	521
RESULTADO OPERACIONAL		**78.445**	**20.399**
OUTRAS RECEITAS		132	4
OUTRAS DESPESAS		(1)	(8)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**78.576**	**20.395**
IMPOSTO DE RENDA	8.e	(10.205)	(1.648)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.e	(3.789)	(602)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**64.582**	**18.145**
Lucro por lote de mil ações		0,09	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em R$ 1.000)*

1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021 Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	64.582	18.145
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:		
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	8.809	6.100
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-	524
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	(649)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	**73.391**	**24.120**
VARIAÇÕES DO ATIVO		
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(22.766)	(2.240)
AUMENTO DOS ESTOQUES	(1.652)	5.549
AUMENTO DE IMPOSTOS A RECUPERAR	(2.269)	(129)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	(115)	(1.393)
REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.712	(30.759)
REDUÇÃO DEPÓSITOS JUDICIAIS	562	(1.465)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	6.241	(832)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	256	(972)
AUMENTO PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS-PPR A PAGAR	1.698	10.458
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	2.186	378
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	3.173	830
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(6.389)	17.994
REDUÇÃO ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	(2.650)	(4.716)
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	(8.649)	(1.897)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**47.729**	**14.926**
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	1	8
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(18.366)	(6.689)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(1.159)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(19.524)**	**(6.681)**
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	87.900	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**87.900**	**-**
VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**116.105**	**8.245**
	2022	**2021**
SALDO INÍCIO PERÍODO	**24.001**	**15.756**
BANCOS	**4.576**	**1.661**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**135.530**	**22.340**
SALDO FINAL PERÍODO	**140.106**	**24.001**
VARIAÇÃO	**116.105**	**8.245**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em R$ 1.000)*

	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	64.582	18.145
Outros Resultados Abrangentes	-	(649)
Resultado Abrangente do Exercício	**64.582**	**17.496**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em R$ 1.000)*

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL RESERVA CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31/12/2020	**115.319**	**8**	**(157.497)**	**(42.170)**
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO			18.145	18.145
SALDO EM 31/12/2021 (Reapresentado)	**115.319**	**8**	**(139.352)**	**(24.025)**
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO			64.582	64.582
AUMENTO DE CAPITAL	87.900		-	87.900
SALDO EM 31/12/2022	**203.219**	**8**	**(74.770)**	**128.457**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua >>>

>>> Continuação

PROCERGS

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

PROCERGS

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em R$ 1.000)*

1. Contexto Operacional

A Procergs – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre. Suas atividades concentram-se na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, da Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e alterações, e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais e as provisões em estimativas razoáveis.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em R$ 1.000 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária (Art.176 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, alterada pela Lei nº 11.638 de 28/12/2007, pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009).

As políticas, estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais, sendo que em 2022 optou-se pela apresentação em R$ 1.000 para dar mais agilidade à leitura das mesmas.

As demonstrações foram autorizadas pela Diretoria, para envio ao Conselho de Administração em 14/03/2023.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria para envio à Auditoria Independente em 16/03/2023.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre as Demonstrações, Relatório da Administração e contas da Diretoria em 15/03/2023.

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

(a) Caixa e Equivalente de Caixa

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em 2022 o aumento expressivo do saldo do SIAC se dá pelo recebimento de aporte de capital para suportar os investimentos da Companhia.

Caixa e Equivalente de Caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	13	10
Depósitos Bancários a Vista	4.563	1.651
Títulos de Aplicações Financeiras e SIAC	135.530	22.340
Total	**140.106**	**24.001**

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência.

No encerramento de dezembro havia um saldo de inadimplência de clientes da administração pública direta e indireta do RS, até 30 dias, no valor de R$ 6.219 mil, que foi saldada em sua maioria (80%) até a primeira quinzena de janeiro de 2023.

O saldo a receber de clientes no encerramento do exercício tem a seguinte composição:

	2022		2021	
Créditos em Aberto	**Por Segmento de Mercado**	**Soma**	**Por Segmento de Mercado**	**Soma**
Vencidos até 2018		**536**		**890**
- Administração Direta do RS	131		244	
- Administração Indireta do RS	121		301	
- Outros Mercados	240		252	
- Outros Poderes	44		93	
Vencidos em 2019		**1.742**		**2.144**
- Administração Direta do RS	389		678	
- Administração Indireta do RS	1.127		1.215	
- Outros Mercados	204		223	
- Outros Poderes	22		28	
Vencidos em 2020		**1.924**		**2.204**
- Administração Direta do RS	1.404		1.424	
- Administração Indireta do RS	144		296	
- Outros Mercados	336		418	
- Outros Poderes	40		66	
Vencidos em 2021		**1.755**		**4.537**
- Administração Direta do RS	1.028		2.506	
- Administração Indireta do RS	70		784	
- Outros Mercados	639		1.096	
- Outros Poderes	18		151	
Vencidos em 2022		**12.939**		**40.243**
- Administração Direta do RS	10.628		19.481	
- Administração Indireta do RS	868		18.700	
- Outros Mercados	1.209		966	
- Outros Poderes	234		1.096	
Vincendos em 2023		**54.575**		**-**
- Administração Direta do RS	24.262			
- Administração Indireta do RS	28.348			
- Outros Mercados	954			
- Outros Poderes	1.011			
Total		**73.471**		**50.018**

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas não consideradas como Partes Relacionadas, ou seja, que a Procergs não tenha relacionamento de controladora, controlada, coligada ou interligada, com base no Art. 9º da Lei 9.430/1996 e na Política de Transações com Partes Relacionadas, denominadas de "Outros Mercados e Outros Poderes". O valor provisionado é de R$ 2.063 mil e é considerado suficiente para expectativa de perdas prováveis na realização dos créditos, representando os valores vencidos a mais de 180 dias.

Vencidos	Administração Direta e Indireta do RS	Outros Mercados e Outros Poderes	31/12/2022	31/12/2021
Mais de 180 dias	5.212	2.063	7.275	6.466
Mais que 90 e inferior a 180 dias	1.681	292	1.973	740
Mais que 30 dias e inferior a 90 dias	2.800	310	3.110	1.085
Até 30 dias	6.219	319	6.538	1.484
Total	**15.912**	**2.984**	**18.896**	**9.775**

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas, antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento, assim como as solicitações de antecipações de 13º salário por ocasião de férias e outros.

(e) Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, referentes a créditos de impostos permitidos em Lei ou retidos de fornecedores e as contribuições à compensar em pagamentos futuros.

Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar	31/12/2022	31/12/2021
PASEP e COFINS a Compensar - LEI 10.637/02 E 10.833/03	1.101	649
IRPJ / CSLL a Recuperar	1.735	188
Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar	148	95
ICMS a Compensar	218	0
Total	**3.202**	**932**

(f) Outros Créditos

São contabilizados créditos tais como: bloqueio judicial ainda não liberados pela justiça, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde parte de responsabilidade dos funcionários que serão descontados em folha de pagamento.

Outros Créditos	31/12/2022	31/12/2021
Bloqueio Judicial	89	932
Reembolso Funcionários Cedidos	518	384
Unimed/Soprevi	250	31
Outros Créditos	16	17
Total	**873**	**1.364**

(g) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo custo médio de aquisição.

(h) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos serão levados a resultado, quando do reconhecimento da receita correspondente. O aumento entre o valor diferido em 2021 e 2022 se dá, pois novas Ordens de Serviços foram abertas em Novembro e Dezembro de 2022 e permaneceram em desenvolvimento até o encerramento do exercício. Acrescido a isso, foram diferidos também, custos de sistemas novos, criados em 2022.

Diferidos em Exercícios Anteriores		478
Valor Diferido em 2022	4.018	
Acréscimo ao Diferido, em 2022, de Exercícios Anteriores	1.525	
Total dos Valores Diferidos em 2022		**5.543**
Custo Levado a Resultado Diferido em Exercícios Anteriores	(1.073)	
Custo Levado a Resultado, Diferido no Próprio Exercício	(2.811)	
Total Apropriado como Custo em 2022		**(3.884)**
Valor Diferido para Exercícios Futuros		**2.137**

(i) Despesas do Exercício Seguinte

A Companhia, por força de contrato ou quando desembolsa valores, em que a despesa ainda não incorreu, apropria em seu Ativo Circulante e Não Circulante o valor total da operação e a medida em que a despesa se realize, apropria proporcionalmente no resultado, respeitando assim o princípio da Competência. Esta rubrica apresenta os seguintes saldos, considerando os valores a serem apropriados até 31/12/2023 (Curto Prazo) e os valores a partir de 01/01/2024 (Longo Prazo). A conta de Licenças de Uso de Software teve uma redução devido a contratos encerrados em 2022, levados a resultado.

Despesas do Exercício Seguinte	Curto Prazo 2022	Longo Prazo 2022	Curto Prazo 2021	Longo Prazo 2021
Prêmios de Seguros a Apropriar	84	0	75	0
Cartão Refeição/Alimentação/ Vale Rancho a Apropriar	1.561	0	1.255	0
Vale Transporte a Apropriar	31	0	16	0
Licença de Uso Software/Manutenção a Apropriar	12.668	17.055	10.938	23.776
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	15	0	66	0
Total	**14.359**	**17.055**	**12.350**	**23.776**

(j) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado monetariamente, utilizando-se os índices oficiais da Caixa Econômica Federal para depósitos judiciais da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(k) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(l) Imobilizado

Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, não foram identificadas perdas com os Ativos Imobilizados, não necessitando seu provisionamento.

Em 2022 foram feitos investimentos, parte do Plano de Investimentos, suportado pelo aporte de capital, visando garantir a sustentabilidade tecnológica da Companhia. Entre os principais estão aquisição de servidores e equipamentos de infraestrutura de redes.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2021	Aquisição	Baixas	Depreciação do Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2022
Equipamentos de produção	7.109	17.978		(6.279)	**18.808**
Equipamentos de Apoio	381	105		(155)	**331**
Instalações/Móveis e Utensílios	984	53		(252)	**785**
Outros Bens Imobilizados	5.311	230	(1)	(459)	**5.081**
TOTAL	**13.785**	**18.366**	**(1)**	**(7.145)**	**25.005**

(m) Intangível

Os ativos intangíveis estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, não foram identificadas perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2021	Aquisição	Baixas	Amortização do Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2022
Software	**3.435**	**1.159**	**0**	**(1.664)**	**2.930**

(n) Fornecedores

O saldo de fornecedores está subdividido em Fornecedores de Curto Prazo e Fornecedores de Longo Prazo. O valor com vencimento em Curto Prazo é de R$22.398 mil sendo que neste está incluído R$3.329 mil lançados como provisão, utilizando-se o valor mensal da obrigação gerada no contrato de fornecimento de serviço, para obedecer o princípio da competência. Em Longo Prazo, o saldo de R$15.512 mil refere-se aos contratos de fornecedores Unisys 5635-00 e Teletex 5657-00 em que os vencimentos ultrapassam 31/12/2023.

(o) Obrigações Tributárias

As Obrigações tributárias são compostas por Impostos e Contribuições apropriadas pela realização da receita operacional por competência e tributos retidos na fonte que são obrigações geradas pela retenção na prestação de serviço de fornecedores e também IRRF retido de funcionários na folha de pagamento.

Obrigações Tributárias	31/12/2022	31/12/2021
ISSQN	4	32
PASEP	1.354	1.020
COFINS	6.252	4.705
ICMS / FUST / FUNTEL	232	411
CPRB (LEI 12.546)	5.113	3.614
IR Retido na Fonte	7.423	5.464
Outros Tributos Retidos na Fonte	650	423
Total de Obrigações	**21.028**	**15.669**

(p) Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas referem-se aos valores apropriados pela competência, de valores advindos da folha de pagamento de funcionários, INSS e FGTS, Rescisões, PPR e obrigações sindicais a pagar mensalmente.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	31/12/2022	31/12/2021
Folha de pagamento	8.812	6.941
INSS	1.899	2.096
FGTS	1.737	1.371
Rescisões	203	210
PPR a Pagar	12.189	10.491
SINDPPD / Imposto Sindical / Dissídio	38	32
Total	**24.878**	**21.141**

(q) Provisões de Férias e Encargos

Neste item são registrados os valores de férias devida à funcionários e os respectivos encargos (INSS e FGTS), à fração de 1/12 avos ao mês, calculados pela folha de pagamento.

(r) Outras Obrigações

Neste item registramos como consignações os valores de empréstimos de funcionários com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além das Pensões Alimentícias, Asprocergs e Procius retido em folha de pagamento e repassado aos beneficiários. Como Obrigações, são registradas as cauções de contratos recebidos, o valor a ser repassado ao Procius (parte empresa), os valores devidos a estagiários, além de outras obrigações de responsabilidade da Companhia.

Consignações	31/12/2022	31/12/2021
Asprocergs	71	86
Procius (Parte funcionários)	451	369
Pensões Alimentícias	151	129
Bancos Empréstimos em Consignação	372	315
Total Consignações	**1.045**	**899**
Obrigações		
Procius (Parte empresa)	506	401
Cauções de Contratos	97	67
Estagiários	45	45
Outras Obrigações	13	37
Total Obrigações Procergs	**661**	**550**
Total do Grupo	**1.706**	**1.449**

5. Acordos Trabalhistas

Existem 3 acordos com parcelas a pagar, que totalizam R$405 mil. Este saldo está representado pela rubrica "Acordos Trabalhistas a Pagar" no Passivo Circulante. Todos os processos em que ocorreu acordo entre as partes, foram lançados em contas específicas do Balanço, não fazendo mais parte de provisões e sim do Passivo Circulante.

6. Provisões para Contingências Ações Trabalhistas

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros foi constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria de Gestão Trabalhista. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perdas prováveis para a Companhia, conhecidas até o momento e não significa necessariamente, que foram obrigações constituídas neste exercício.

Após a análise jurídica, os valores foram atualizados e segregados em "Prováveis", "Possíveis" e "Remotos". A estimativa de perda com ações consideradas Prováveis, foram atualizadas, conforme determina a Norma Contábil - NBC TG 25 (R2) – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":

Quadro dos valores estimados, atualizados até 31/12/2022:

Tipo Objeto	Qtd. Processos	Prováveis	Possíveis	Remotos	Total
Antiguidade	305	55.554	15.336	11.872	82.762
Carga	14	1.167	518	127	1.813
Desvio	17	897	81	3.750	4.728
Outros	66	7.743	6.524	11.760	26.027
Subsidiária	40	571	7.460	99	8.130
Periculosidade SINDPPD	1	-	505.399	-	505.399
TOTAL	**443**	**65.932**	**535.318**	**27.608**	**628.858**

Processos	Saldo 2021	Baixas*	DRE no período	Saldo Provisão
Trabalhistas	74.581	(26.942)	18.293	65.932

*As Baixas referem-se a pagamentos de execuções definitivas e liberações de saldos de depósitos judiciais aos reclamantes no período.

Curto Prazo	Longo Prazo	Total
27.700	38.232	65.932

Classificadas como "Prováveis" estão os pedidos de promoções por Antiguidade que são diferenças salariais, com reflexos, decorrente da não implementação das promoções por antiguidade, suspendida em 1995 e retomada para cumprir o estabelecido no novo plano de cargos e salários de junho/2014.

"Classificado como ""Possíveis" destaca-se o processo de número 0021506-62.2016.5.04.0025, que figura na listagem de ações, com o pedido ajuizado em 28/09/2016, pelo SINDPPD/RS, com valor estimado de R$ 505.399 mil ao final de Dezembro de 2022. Nesta ação, o SINDPPD/RS reivindica o adicional de periculosidade, para os funcionários da sede da Procergs, em decorrência da existência de tanques de combustíveis que alimentam os geradores da Companhia. Tanto o laudo pericial, como a sentença de 1º grau, foram no sentido de improcedência do pedido de periculosidade, eis que os tanques de óleo diesel acoplados aos geradores estão dentro dos limites das NR's 16 e 20. A Procergs interpôs Recurso de Revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho tendo a Procuradoria-Geral do Estado do RS assumido a defesa do processo, cujo recurso pende de julgamento. Sem novas movimentações em 2022. Também estão classificadas como ""Possíveis"", ações recentes que abrangem pedidos relativos à antiguidade no plano PEFS 2014, por ainda não se ter uma quantidade razoável de decisões definitivas para nortear eventual provisionamento. Até dezembro são 45 ações nessa situação, estimadas pelo valor inicial pedido em cada processo."

7. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O capital social subscrito até dezembro de 2021 era de R$115.319 mil. Em janeiro de 2022, passou a R$203.219 mil através de aporte de capital no valor de R$87.900 mil, totalmente integralizado pelo acionista Estado do Rio Grande do Sul, conforme Ata de Assembleia de Acionistas número 123 do dia 10/01/2022.

Com o aporte de capital, foram emitidas 204.418.605 novas ações, totalizando 728.596.845 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	726.425.908	99,59
OI S.A.	ON	1.366.594	0,26
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,08
IPE PREV – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,07
Total das Ações		**728.596.845**	**100**

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo acumulado apresentado no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial de Prejuízo Acumulado	**(139.352)**	**(157.497)**
Lucro Líquido no Período	64.582	18.145
Saldo Final de Prejuízo Acumulado	**(74.769)**	**(139.352)**

Continua >>>

>>> Continuação

PROCERGS

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

PROCERGS

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em R$ 1.000)*

(c) Ajustes de Exercícios Anteriores

Foi registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, o ajuste abaixo. Conforme a NBC TG 23, foi procedida a reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2021, demonstradas a seguir na Nota 10.

AJUSTE NEGATIVO	
Ajuste na conta "PPR a Pagar" referente ao PPR da competência de 2021, paga em 2022.	**(10.458)**

8. Resultado do Exercício

(a) Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta foi de R$490.204 mil apresentando um crescimento nominal de R$90.187 mil (22,55%) em relação ao exercício de 2021. A Receita está dividida nos segmentos abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Administração Direta RS	252.034	193.275
Administração Indireta RS	212.999	169.429
Outros Poderes	11.780	11.164
Outros Mercados	13.391	26.148
Total da Receita Operacional Bruta	**490.204**	**400.016**

(b) Custos dos Serviços Prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados a Operação	211.230	194.063
Custos de Insumos ligados a Operação	57.324	46.739
Depreciação e Amortização	8.194	5.507
Outros Custos	464	464
(-) Lei do Bem	(212)	-
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(25.667)	(22.770)
Total dos Custos de Serviços Prestados	**251.333**	**224.003**

(c) Despesas Com Vendas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal da Área Comercial	8.329	7.296
Despesas da Área Comercial	2	1
Depreciação e Amortização	5	6
PCLD (Valor acrescido ao Ativo Circulante NE. 4.c)	687	524
Total das Despesas com Vendas	**9.022**	**7.827**

(d) Despesas Administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal Administrativo	45.687	50.455
Despesas Administrativas	10.614	10.033
Depreciação e Amortização	611	587
Provisão para Contingências	18.293	13.960
Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	25.667	22.770
Total das Despesas Administrativas	**100.871**	**97.805**

(e) Tributos Sobre o Lucro

O regime de apuração adotado pela Procergs é o Lucro Real anual com recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. A partir do exercício de 2022, a Companhia passou a utilizar o benefício da Lei do Bem, com a finalidade de reduzir a base de cálculo dos tributos sobre o Lucro. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

Após o cálculo das adições e exclusões, demonstrado em livro próprio, apurou-se o Lucro Real de R$60.134 mil. Foi descontado 30% do lucro real do exercício no valor de R$18.040 mil, resultando uma base de cálculo no valor de R$42.094 mil. O valor pago por estimativa no exercício de 2022 de R$ 10.205 mil referente a IRPJ e R$ 3.789 mil referente a CSLL está lançado na conta contábil própria de resultado e demonstrado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Dos valores recolhidos por estimativa restou um saldo a recuperar que foi transferido para o ativo circulante no grupo "Impostos a Recuperar e Compensar" no valor de R$ 1.077 mil e R$ 395 mil, respectivamente ao IRPJ e CSLL. Ainda resta R$ 74.769 mil de prejuízos acumulados que poderão ser utilizados na redução da base fiscal do IRPJ e CSLL, limitado a 30% por exercício.

Alíquotas Efetivas	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	78.576	78.576	30.853	30.853
Alíquotas Vigentes	15%	9%	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	11.786	7.072	4.628	2.777
(+) Adições				
Lucro das Faturas recebidas no ano	330.235	330.235	261.040	261.040
Acréscimos à Provisão p/contingência trabalhista	23.189	23.189	21.626	21.626
Outras Adições	203	203	119	119
(-) Exclusões				
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(340.089)	(340.089)	(280.236)	(280.236)
Baixas e Reversão da Provisão p/contingência trabalhista	(31.852)	(31.852)	(23.474)	(23.474)
Lei do Bem	(128)	(128)		
(=) Lucro Real	**60.134**	**60.134**	**9.928**	**9.928**
(-) Compensação Prejuízo Fiscal 30%	(18.040)	(18.040)	(2.978)	(2.978)
Base de Cálculo	42.094	42.094	6.950	6.950
IRPJ e CSLL a Pagar	6.314	3.789	1.043	625
Adicional de IRPJ de 10%	4.185		671	
Programa de Alimentação do Trabalhador (1)	(252)		(65)	
Prorrogação licença maternidade	(42)			
Valor Despesa de IRPJ e CSLL	**10.205**	**3.789**	**1.648**	**625**
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Alíquota Efetiva	**12,99%**	**4,82%**	**5,34%**	**2,03%**

9. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e também sobre ativos de terceiros que estão em seu poder.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios (ctt 5783-00)	Incêndio	227.371
Veículos (ctt 5688-00)	Colisão, incêndio e roubo	350
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	25.286

(b) Bens de Terceiros

São bens recebidos de terceiros, que estão em poder da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos. Os bens incorporados nesta conta foram enviados, principalmente, pela Secretaria da Fazenda do Estado do RS, para compor o Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

(c) Procius

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto de Assistência da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de previdência privada para suplementar a previdência oficial em favor dos seus associados, através das contribuições individuais.

10. Reapresentação das Demonstrações Financeiras do Exercício Anterior

A Companhia está reapresentando os saldos das demonstrações contábeis de 2021, para fins de comparação, em razão da reclassificação de "Ajustes de Exercícios Anteriores" (NE 7.c) através de coluna específica "31/12/2021 Reapresentado", juntamente com as demonstrações de 2022, de acordo com a NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O ajuste se deu em função da correção da data de apropriação da despesa do PPR-Programa de Participação de Resultados, alocando a despesa dentro do próprio ano, observando o princípio da competência. Com a alteração, os valores ajustados são os seguintes:

(a) Balanço Patrimonial

No Balanço Patrimonial, as rubricas que variaram, com o ajuste de exercício anterior realizado, foram as abaixo:

Exercício	2021	Ajuste	Saldo em 31/12/2021 Reapresentado
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.683	10.458	21.141
Total Passivo Circulante	107.581	10.458	118.039
Prejuízo Acumulado	(128.894)	(10.458)	(139.352)
Total do Patrimônio Líquido	(13.567)	(10.458)	(24.025)

(b) Demonstração do Resultado do Exercício

Os reflexos no resultado do exercício, são os abaixo:

Exercício	2021	Ajuste	31/12/2021 Reapresentado
Custos dos Serviços Prestados	(215.278)	(8.725)	(224.003)
Despesas com Vendas	(7.580)	(247)	(7.827)
Despesas Gerais e Administrativas	(96.319)	(1.486)	(97.805)
Resultado Líquido do Exercício	**28.603**	**(10.458)**	**18.145**

(c) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ocorreram os ajustes abaixo nos valores de 2021, mas não houve alteração na "Variação Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa".

Exercício	2021	31/12/2021 Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	28.603	18.145
Resultado Líquido Ajustado	34.578	24.120
Aumento Programa de Participação do Resultado - PPR a Pagar	-	10.458

(d) Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido

	Lucros/Prejuízos Acumulados		Total do Patrimônio Líquido	
Exercício	**31/12/2021**	**31/12/2021 Reapresentado**	**31/12/2021**	**31/12/2021 Reapresentado**
Prejuízo 2021 antes da reapresentação	(128.894)	(128.894)	(13.567)	(13.567)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(10.458)		(10.458)
Prejuízo 2021 após reconhecimento dos Ajustes de Exercícios Anteriores		(139.352)		(24.025)

11. Continuidade Operacional

A Companhia desde 2020, vem recuperando seus prejuízos acumulados, com sucessivos resultados positivos. Com isso, foi possível reverter o Patrimônio Líquido Negativo. Também, somando-se aos resultados, houve um aporte de capital no ano de 2022, visando a sustentabilidade operacional da Companhia através do Programa de Investimentos, que foi instituído para organizar e coordenar os projetos responsáveis pela execução dos investimentos decorrentes do aumento de capital realizado pelo Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras foram preparadas com a premissa de continuidade normal das operações, que pressupõem a realização e recuperação dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, no caso de insucesso das medidas adotadas.

12. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas.

Em 08/02/2023 houve decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, determinando às empresas o pagamento retroativo da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido-CSLL, devida e suspensa por ordem judicial anterior. Esta decisão em nada afeta a Procergs, pois este tributo nunca foi discutido com o fisco, administrativa ou judicialmente.

Até o encerramento das Demonstrações não foram identificados outros eventos que pudessem influenciar ou alterar as demonstrações do exercício de 2022.

Diretoria

JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 849.483.377-49

JAIRO RENATO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA
DIRETOR DE SISTEMAS TRANSACIONAIS
CPF: 221.432.030-04

KAREN MARIA GROSS LOPES
DIRETORA DE SOLUÇÕES DIGITAIS
DIRETORA DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES
CPF 533.611.990-34

JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA
DIRETOR DE NEGÓCIOS E DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES
CPF 290.548.260-53

RODRIGO SCHNITZER
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 464.124.090-68

Contador

ANDRÉA GONÇALVES ALVES
CONTADORA CRC-RS 076.011
CPF 658.564.810-20

Conselho de Administração

RICARDO NEVES PEREIRA – Presidente

DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO – Conselheiro

AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES – Conselheiro

JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL – Conselheiro

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS – Conselheiro

VICTOR HERZER DA SILVA – Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e aos Acionistas da
PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normais brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação das Demonstrações Financeiras do Exercício Anterior

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs. 7, "c" e 10, que divulgam a reapresentação das demonstrações contábeis de 2021, referente a reclassificação de apropriação de despesa do PPR- Programa de Participação de Resultados relativa a 2021, pago em 2022. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Russell Bedford
taking you further

Barueri, 16 de março de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social; tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2022. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária."

Porto Alegre, 16 de março de 2023.

Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro Conselheiro Fiscal

Izabel Christina Cotta Matte Conselheira Fiscal

Alsones Balestrin Conselheiro Fiscal